CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA CATARINA

- RELATÓRIO FINAL -

1. APRESENTAÇÃO:

A VI Conferência Estadual de Assistência Social realizada de 29 a 31 de outubro de 2007, no Hotel Sibara, em Balneário Camboriú foi o resultado da realização de 289 Conferências Municipais de Assistência Social, envolvendo cerca de 12.567 participantes. Deixaram de realizar Conferência Municipal apenas 04 (1,36%) municípios, dos 293 municípios que compõem o estado catarinense, correspondendo a uma participação de 98,63% de municípios do estado.

A Conferência Estadual contou com 483 participantes. Participaram do evento 380 delegados, dos quais 365 representando os municípios e 15 representando a esfera estadual, através de representantes do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS/SC). Desses 380 delegados, 215 foram representantes de organizações governamentais, 157 de organizações não governamentais e 08 de usuários. Ainda participaram do evento 62 observadores. Desses, 42 representando Secretarias Municipais Gestoras da Política, Prefeituras Municipais, Câmara de Vereadores, Entidades Socioassistenciais, Conselhos Municipais de Assistência Social, Conselho Estadual do Idoso e Universidades; além de 20 gerentes das Gerências de Assistência Social, Trabalho e Habitação das Secretarias Estaduais de Desenvolvimento Regional (SDR's). Estiveram presentes no evento 14 autoridades e participaram da organização do evento 27 pessoas.

Importante destacar a presença da representação de 160 municípios (54,60% dos municípios catarinenses), na Conferência Estadual, distribuídos segundo o porte dos municípios da seguinte maneira: *Pequeno Porte 1*, representação de 107 (45,33%) municípios dos 236 com este porte; *Pequeno Porte 2*, representação de 29 (90,62%) municípios dos 32 com este porte; *Médio Porte*, representação de 14 (93,33%) municípios dos 15 municípios com este porte; e *Grande Porte*, representação dos 10 (100%) municípios que se enquadram neste porte.

A mesa de abertura da VI Conferência foi composta pela Sr^a Dalva Maria De Luca Dias, representando o governador em exercício do Estado de Santa Catarina; Sr^a Luziele Maria de Souza Tapajós, representando o Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome (MDS); o Sr. Carlos Rogérius, representando o Conselho Nacional de Assistência Social; o Sr. Luiz Carlos Barcelos Filho, representando o Conselho Estadual de Assistência Social de Santa Catarina; o Sr. Mário Hildebrandt, presidente do COEGEMAS/SC; a Sr^a Valéria Cabral Carvalho, presidente do Conselho Regional de Serviço Social – 12^a Região; o Sr. Nelson Casaroto, representando o presidente do BRDE e a Sr^a Maria Clotildes Daniel Joaquim representando a Associação das Entidades Filantrópicas de Santa Catarina. Também foram chamados para compor a mesa o Sr. Francisco Airton Garcia e o Sr. João Fachini, respectivamente Diretor Geral e Secretário Executivo de Políticas Sociais e de Combate à Fome da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação e o Sr. Leonir José Macetti, Prefeito Municipal de Ipuçu.

Após foi projetado vídeo do CNAS e realizada palestra pela Prof.Dr^a Luziele Maria de Souza Tapajós, Assessora de Gestão da Informação da Secretaria Nacional de Assistência Social (MDS), sobre o tema

“Compromissos e Responsabilidades para Assegurar Proteção Social na Gestão do SUAS”. Em seguida foi efetuada leitura e aprovação do Regimento Interno, dando-se por encerrado o primeiro dia da VI Conferência Estadual de Assistência Social. Registre-se que nesta data foi realizada Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Assistência Social tendo como pauta a escolha dos 04 delegados estaduais (02 governamentais e 02 não governamentais) para representar Santa Catarina na VI Conferência Nacional de Assistência Social.

No dia 30 de novembro, pela manhã foi realizada palestra de subsídio para os trabalhos de grupo do 2º Objetivo, proferida pelo Sr. Carlos Rogérius, representante do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), versando sobre “Os 10 Direitos Socioassistenciais”. Em seguida foram realizados os trabalhos de grupo sobre Avaliação dos Direitos Socioassistenciais, por porte de municípios e, em seguida foi realizada a Plenária de “Avaliação dos Direitos Socioassistenciais” (2º Objetivo). No período da tarde foi realizada palestra de subsídio para os trabalhos de grupo do 1º Objetivo, proferida pela Srª Carolina Gabas Stuchi, representante do MDS, versando sobre “Avanços e Desafios da Gestão, Controle Social, Financiamento e Recursos Humanos do SUAS”. Em seguida foram realizados os trabalhos de grupo sobre “Avaliação das Metas Estaduais Deliberadas na V Conferência Estadual de Assistência Social, em 2005”, tendo os grupos como subsídio a compilação por porte de municípios, das respectivas avaliações efetuadas nos municípios.

Em 31 de outubro, no período da manhã, foi realizada a Plenária de Avaliação das Metas de 2005 (1º Objetivo). Em seguida foram lidas e aprovadas as moções elaboradas nos grupos de trabalho e efetuados os encaminhamentos para eleição dos delegados estaduais para a VI Conferência Nacional de Assistência Social, realizada por porte de municípios, e seguindo a divisão das 34 vagas municipais, de acordo com percentual de população geo-referenciada por porte de município, cabendo desta forma: 12 (doze) vagas para municípios de porte 1, 04 (quatro) vagas para municípios de porte 2, 04 (quatro) vagas para municípios de médio porte e 14 (catorze) vagas para municípios de grande porte.

Na homologação de delegados, na Plenária Final, seguindo as prerrogativas do Regimento Interno aprovado, alguns delegados não presentes neste momento (titulares e suplentes), dos municípios de Porte 1 e Porte 2, foram substituídos por outros representantes destes portes de municípios, presentes na Plenária. Deu-se então a homologação dos 34 delegados municipais e dos 04 delegados do Conselho Estadual de Assistência Social, compondo-se os 38 delegados que representarão Santa Catarina na VI Conferência Nacional de Assistência Social.

Finalizando a VI Conferência Estadual de Assistência Social foram efetuados os agradecimentos pelo Sr. Luiz Carlos Barcelos Filho, presidente do Conselho Estadual de Assistência Social e pela Srª Selma Terezinha Adão, Diretora Assistência Social, no ato representando a Secretária de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação.

Para finalizar, destaque-se que, mais uma vez, os trabalhadores e os segmentos interessados na defesa e consolidação da política de assistência social, como política de estado, e como dever do poder público e direito do cidadão, em Santa Catarina, realizaram evento de magnitude, pleno de discussões ricas e de proposições que nortearão os rumos da assistência social no estado e nos municípios catarinenses, consolidando o planejamento e execução do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

2. PROGRAMAÇÃO:

VI Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina

Programação

Dia 29/10 (segunda-feira)

12:00 – 14:00h – Credenciamento

14:00h – Solenidade de Abertura

14h45 – Apresentação de vídeo do CNAS

15:00h – Conferência Magna – Luziele Maria de Souza Tapajós - Assessora de Gestão da Informação da Secretaria Nacional de Assistência Social - MDS

16:00h – *Coffee Break*

16h30 – Leitura e aprovação do regimento interno

20:00h – Jantar de confraternização

Dia 30/10 (terça-feira)

8h30 – Subsídio técnico para os trabalhos de grupo – 1º objetivo – “Avanços, dificuldades e desafios na gestão, controle social, financiamento e recursos humanos”.
- Carolina Stuchi - Coordenadora do DGSUAS

9:00h – Orientação para os trabalhos em grupo

9h15 – Trabalhos em grupo (1º objetivo)

12h30 – Almoço

13h30 – Conclusão dos trabalhos em grupo (1º objetivo)

14:00h – Planária (1º objetivo)

15h30 – *Coffee Break*

16:00h – Subsídio técnico para os trabalhos de grupo – 2º objetivo – “Os 10 direitos Sociassistenciais” - Carlos Rogérios - Conselheiro do CNAS

16h30 – Orientação para os trabalhos em grupo (2º objetivo)

16h45 – Trabalhos em grupo (2º objetivo)

Dia 31/10 (quarta-feira)

8h30 – Plenária (2º objetivo)

10:00h – Orientação para a eleição dos delegados

10h15 - Eleição dos delegados para a Conferência Nacional de Assistência Social

12:00h – Encerramento

PARTE 1

- Sistematização de Relatórios das Conferências Municipais -

1. Número Total de Municípios: 293

2. Número Total de Municípios que realizaram Conferências Municipais:

3. MUNICÍPIOS DE PORTE 1:

4. Número de municípios de porte 1: 236

5. Nos últimos 02 (dois) anos de implementação do SUAS esses foram os principais avanços, dificuldades e desafios para a gestão do SUAS nos municípios catarinenses, conforme o porte:

5.1.1. Municípios de Porte 1:

COMPILAÇÃO RELATÓRIOS MUNICÍPIOS PORTE 1 - METAS DE 2005/AVALIADAS				
MUNICÍPIOS DE PORTE I				
EIXO	METAS	AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS PROPOSIÇÕES
GESTÃO	Diagnóstico do município com indicadores sociais	Atualização do Cadastro Único mas não na totalidade. Reuniões mensais c/ equipe técnica p/ garantia do acompanhamento do Cadastro Único.	Migração das famílias para outros municípios. Ausência de recursos para pagamento de profissionais capacitados para diagnóstico.	Firmar parcerias com Universidades ou empresas de pesquisa. Compor equipe permanente para atualização sistemática do Cadastro Único para subsidiar o diagnóstico. Manter equipe multidisciplinar p/ cadastramento das famílias de forma sistemática.

	<p>Implantação dos Serviços de Proteção Social Básica</p>	<p>Discussão com o CMAS e executivo municipal. Habilitação dos municípios em gestão básica e plena. Contratação de equipe multidisciplinar. Melhor entendimento sobre o funcionamento do CRAS. Recursos mínimos disponibilizados p/ as ações.</p>	<p>Falta de co-financiamento e recursos humanos para implantação de CRAS. Não participação dos conselheiros da assistência social. Falta de diagnóstico social . Readequação da infra estrutura. Garantir parceria para estruturação do CRAS e em consequência a implantação do PAIF. Vondade Política.</p>	<p>Implantação de CRAS. Local adequado ao funcionamento do CRAS. Ampliação do quadro efetivo. Garantia de financiamento. Capacitação de recursos humanos. Comprometimento dos gestores Estadual e Municipais. Construção de centro de convivência de idosos. Implantação do Programa Agente Jovem. Implantar centro multiuso. Aquisição de veículo para atendimento domiciliar das famílias do Bolsa Família e CRAS. Melhorar a infraestrutura de atendimento da Assistência Social no município.</p>
	<p>Reordenamento do Comando Único</p>	<p>Criação da Secretaria própria. Organização do comando único.</p>	<p>Falta de recursos humanos e financeiros. Co-financiamento do governo estadual. Dificuldade de orçamento específico para a assistência social quando esta funciona junto a outra secretaria (Ex: secretaria de saúde)</p>	<p>Que a saúde assuma suas demandas específicas. Mudança da cultura política. Desvincular a assistência social da secretaria de saúde . Mudança da nomenclatura da Secretaria.</p>
	<p>Elaboração coletiva do PPA, LDO, LOA e PPAS Municipal e revisão do mesmo para ampliação dos serviços para rede socioassistencial.</p>		<p>Falta de entendimento da Assistência Social como Política Pública. Dificuldade de compreensão destes instrumentos.</p>	<p>Mobilização para participação dos representantes governamentais e sociedade civil organizada. Capacitação p/ entendimento deste instrumentos no orçamento. Divulgação ampla.</p>
	<p>Habilitação em Gestão Básica e Habilitação em Gestão Plena.</p>	<p>Municípios habilitados em gestão básica e plena.</p>	<p>Rotatividade dos profissionais nos municípios. Desinteresse dos gestores. Falta de capacitação dos técnicos p/ operarem a Política da Assistência Social.</p>	<p>Os municípios habilitados em gestão básica e plena cumprirem o que estabelece a NOB/SUAS. Contratação de profissionais efetivos.</p>

	Política de Geração de Emprego e Renda	Ações isoladas. Cursos de artesanato, culinária e formação de agroindústrias familiares.	Falta recursos humanos/ financeiros e estrutura física para investimento em projetos de geração de emprego e renda. Vontade Política. Falta de incentivo a agricultura familiar.	Implantação de programas profissionalizantes p/ adolescentes. Parcerias para estruturar ações de inclusão produtiva para a área urbana e rural. Sensibilização dos gestores. Implantar oficinas de trabalho c/ profissionais especializados. Realizar cursos profissionalizantes na área rural p/ incentivar a permanência do jovem e da família no campo.
	Intersetorialidade entre as diversas Políticas		Ausência de intersetorialidade. Desarticulação das OGs e ONGs. Articulação entre os Conselhos. Publicização das ações dos Conselhos.	Fóruns permanentes de discussão c/ os conselhos de Direitos e Setoriais. Incentivar a criação de fóruns de debates sobre a Política de Assist.Social. Articulação entre os Conselhos Setoriais e de Direitos.
	Mapeamento das entidades que prestam serviços socioassistenciais	Pouco avanço. Regulamentação do Art 3º da LOAS	Troca de informações entre setores. Desarticulação das Secretarias Municipais. Triagem p/ atendimento coerente de acordo c/ a demanda.	Integração intersetorial. Implementação de diagnóstico. Efetivação de parceria entre OG e ONG. Universalização da rede de Proteção Social. Apoio técnico as ONG's.

	Implementação e divulgação permanente do SUAS	Reunião com participação de grupos de mulheres.	Necessidade de capacitação que envolva todos os trabalhadores da Política de Assist. Social. Falta de iniciativa do Governo Estadual e Municipais. Visão fragmentada da Política de Assistência Social.	Capacitação dos atores e consolidação do SUAS. Criar sistema de informações da Política de Assist. Social. Financiamento p/ execução da ação. Conscientização dos gestores. Elaboração de cartilhas informativas e outros instrumentos de divulgação. Publicização nos meios de comunicação. Consolidação efetiva do SUAS. Firmar parcerias com Universidades. Reconhecimento pelo gestor municipal. Presença do Estado. Criação de disque denúncias.
	Implementação de serviços de média complexidade		Falta de capacitação de profissionais para atender a pessoa com deficiência. Falta de repasse de recursos do Estado. Falta de atendimento dos Serviços de Média Complexidade.	Garantia dos recursos financeiros. Garantia de profissionais capacitados. Estruturação dos recursos humanos como profissionais efetivos. Efetivação de recursos fundo a fundo. Co-financiamento Estadual. Criação de Centro Dia.
	Implementação de serviços de alta complexidade		Falta de co-financiamento do governo estadual	Implantar rede de atendimento com serviço especializado para idosos, criança e adolescente e pessoas com deficiência. Criar consórcios entre municípios. Que o Governo Estadual cumpra c/ o que estabelece a NOBSUAS. Implantação de abrigos p/ crianças e adolescentes, casa lar, casa de passagem, liberdade assistida, casa da mulher vítima de violência.

	Funcionamento das Secretarias Regionais (assessoria) e definição de assistente social para acompanhamento do SUAS		Despreparo do pessoal que compõe as SDRs. Falta de assessoria das SDRs. Falta de técnicos sociais.	Estruturar as SDRs c/ profissionais capacitados para implantação do SUAS. Apoio técnico e assessoria das SDRs. Inclusão de Assistente Sociais nas SDRs.
	Implantação de sistema de informações sociais através de banco de dados, com computadores de maior resolutividade	Banco de Dados do Programa Bolsa Família	Indisponibilidade de tempo dos profissionais da análise dos dados e construção de indicadores	Profissionais disponibilizados para trabalhar com os dados do Cadastro Único. Implantação de Sistema de Integração entre as secretarias municipais.
	Implantação de programas habitacionais e saneamento básico	Meta parcialmente cumprida	Falta de parcerias para construção de habitações na área urbana e rural.	Implantação de programas habitacionais e de saneamento do Governo Estadual em parceria com os municípios.
	Revisão de critérios para o BPC e identificação e inclusão de beneficiários	Inclusão e identificação	Falta de recursos humanos e financeiros. Alteração da legislação.	Efetivação da NOB-SUAS e NOB-RH. Efetivação de direitos. Intersetorialidade. Diminuição da faixa etária de 65 para 60 anos e aumento da renda per capita para 1/2 salário.
	Garantia da estrutura adequada para o funcionamento do CMAS com assessoria técnica e criação de secretaria executiva		Falta de apoio técnico e estrutura física adequada p/ funcionamento dos CMAS.	Fortalecimento dos CMAS. Estimulo à participação da sociedade civil. Criação de Secretaria Executiva p/ os CMAS. Adequação de estrutura física p/ os CMAS.
	Implantação do sistema de monitoramento e avaliação		Falta de capacitação, assessoria técnica das SDR's Participação efetiva dos conselheiros.	Implantação com assessoria e co-financiamento dos governos federal e municipal. Padronização do instrumental para monitoramento e avaliação.
	Regulamentação de Benefícios Eventuais	Auxílio morte	Falta de recursos e financeiros. Co-financiamento do governo estadual.	Efetivação dos direitos. Cumprimento do art.22 da LOAS.

	Campanha para lei de adaptação de espaços físicos para atender as necessidades da pessoa com deficiência	Garantida através do plano diretor do município		Campanha continuada p/ cumprimento da Lei.
FINANCIAMENTO	Garantia de que as emendas parlamentares sejam integradas aos fundos de assistência social com distribuição equitativa a todos os municípios		Presença das subvenções sociais.	Que as emendas parlamentares tenham o parecer do Conselho. As subvenções sociais sejam repassadas p/ os Fundos de Assist. Social.
	Cumprimento do co-financiamento do governo do Estado para a Política de Assistência Social, conforme previsto na NOB-SUAS		Total ausência do Governo do Estado no co-financiamento. Cumprimento do pacto entre os entes federados.	Parceria com as SDR's para que o Estado cumpra com suas responsabilidades
	Co-financiamento das três esferas de governo para implementação do SUAS		Os municípios investem na Política de Assistência Social, mas não há percentual fixo para administrar as ações.	Garantir teto mínimo de 5% na aplicação das 3 esferas com acréscimo de 1% ao ano até chegar a 10%. Estabelecimento de consórcio entre municípios e regiões.
	Capacitação permanente de técnicos, gestores e conselheiros	Em parte. Garantia municipal	Falta de capacitação e apoio das SDR's. O Governo do Estado deve priorizar a Política de Assistência Social, para que o SUAS seja concretizado de fato nos municípios	Capacitação continuada e acesso a participação em fóruns, seminários e eventos. Participação do CMAS nas discussões da LDO e nos planos do município. Intercâmbio de capacitação regional com apoio financeiro da SDR.

RECUSOS HUMANOS	Capacitação de RH	Participação em eventos. Garantia municipal. Já existe bom entendimento pelos gestores municipais.	Falta de capacitação específica pelos governos Federal e Estadual. Falta de articulação entre Estado e União. Falta de capacitação e apoio das SDR's. O Governo do Estado deve priorizar a Política de Assistência Social, para que o SUAS seja concretizado de fato nos municípios	Capacitação permanente de técnicos, gestores e conselheiros. Teleconferências. Capacitação pelas três esferas de governo com maior frequência. Capacitação continuada e acesso a participação em fóruns, seminários e eventos . Participação do CMAS nas discussões da LDO e nos planos do município. Intercâmbio de capacitação regional com apoio financeiro da SDR.
	Concurso público para efetivação do quadro de RH			Equipe multidisciplinar para atuação na assistência social . Contratação de assistente social para cada 5 mil habitantes com equiparação salarial.
	Reforma Administrativa para definição de cargos e salários	Parcial, não houve desvinculação da secretaria de saúde.	Falta de recursos humanos e financeiros. Falta de interesse do executivo. Questão político partidária.	Capacitação de conselheiros e técnicos. Organizar intercâmbio de capacitação regional com apoio financeiro da SDR. Garantir a estabilidade empregatícia para profissionais que atuam em programas federais.
CONTROLE SOCIAL	Capacitação continuada para conselheiros.		Falta de capacitação. Pouca participação de conselheiros. Ausência do CEAS nos municípios, na realização de capacitação.	Capacitação continuada. Criação de fórum municipal e regional de assistência social.

	Fortalecimento/funcionalidade do Conselho		<p>Falta de conscientização da população quanto a importância de participação nos conselho.</p> <p>Relação deficitária entre Conselho Nacional, Estadual e Municipal e falta de comprometimento de alguns conselheiros.</p> <p>Disponibilidade de funcionário contratado para ser articulador dos conselhos municipais.</p>	<p>Divulgação do papel e das ações desenvolvidas pelos conselhos.</p> <p>Despertar interesse de pessoas para participação na composição dos conselhos.</p> <p>Potencializar a participação efetiva dos conselhos.</p> <p>Efetividade do Controle Social através da organização do CMAS, garantindo aplicação dos recursos na qualidade dos serviços prestados aos usuários</p> <p>Realização de reuniões contínuas dos conselheiros p/ acompanhar a implementação da Política de A.S.</p> <p>Participação de conselheiros em eventos, seminários que fortalecem o entendimento da Política de A.S.</p> <p>Estabelecimento de ações compartilhadas c/ Poder Judiciário, Segurança pública e Gestores da Política de A.S.</p>
	Participação dos conselheiros na elaboração do orçamento municipal, acompanhamento e fiscalização quanto a utilização de recursos	<p>Não ocorreu avanço em função da política partidária.</p> <p>Falta participação das entidades no conselho municipal.</p>	<p>Falta de envolvimento e comprometimento da sociedade civil. O poder executivo não respeita as deliberações do CMAS. Política partidária.</p>	<p>Romper paradigmas da questão política partidária.</p> <p>Comprometimento da sociedade civil.</p> <p>Implantar monitoramento e avaliação.</p> <p>Efetivação do controle do bolsa família.</p>
	Efetivação das competências do CMAS (fiscalização)	<p>Organização de comissão para realizar visitas às entidades.</p> <p>Conscientização da necessidade de comparecimento às reuniões.</p>	<p>O CMAS não consegue fazer o controle social dos recursos financeiros que são disponíveis para ONG's.</p> <p>Disponibilidade dos conselheiros para visitas.</p>	<p>Conscientizar o conselho.</p>

	Participação dos conselheiros na elaboração do orçamento municipal, acompanhamento e fiscalização quanto a utilização de recursos	Não ocorreu avanço em função da política partidária. Falta participação das entidades no conselho municipal.	Falta de envolvimento e comprometimento da sociedade civil. O poder executivo não respeita as deliberações do CMAS. Política partidária.	Romper paradigmas da questão política partidária. Comprometimento da sociedade civil. Implantar monitoramento e avaliação. Efetivação do controle do bolsa família.
	Participação dos conselheiros na elaboração do orçamento municipal, acompanhamento e fiscalização quanto a utilização de recursos	Não ocorreu avanço em função da política partidária. Falta participação das entidades no conselho municipal.	Falta de envolvimento e comprometimento da sociedade civil. O poder executivo não respeita as deliberações do CMAS. Política partidária.	Romper paradigmas da questão política partidária. Comprometimento da sociedade civil. Implantar monitoramento e avaliação. Efetivação do controle do bolsa família.
	Efetivação das competências do CMAS (fiscalização)	Organização de comissão para realizar visitas às entidades. Conscientização da necessidade de comparecimento as reuniões.	O CMAS não consegue fazer o controle social dos recursos financeiros que são disponíveis para ONG's. Disponibilidade dos conselheiros para visitas.	Conscientizar o conselho.
	Integração entre CMAS/CEAS/CNAS		Falta de integração entre os conselhos das 3 esferas de governo.	Maior divulgação das ações e contato permanente inclusive c/ os Colegiados Estadual e Municipal.
	Garantir a participação do usuário no CMAS		Participação da população no momento das avaliações.	Divulgar o resultado dos programas do município e fazer avaliações junto a população usuária.
	Dar legitimidade aos conselhos		Falta divulgação do papel dos conselhos e conselheiros municipais.	Capacitação para conselheiros. Criação da secretaria executiva. Divulgação do Plano Municipal.

	Mobilizar e conscientizar os conselheiros quanto a importância de seu papel e do trabalho a ser desenvolvido.	Alguns avanços, com necessidade de melhorar.	Falta de interesse, compromisso e responsabilidade dos conselheiros.	Despertar interesse, compromisso e responsabilidade dos conselheiros.
--	---	--	--	---

5.1.2. Municípios de Porte 2:

COMPILAÇÃO RELATÓRIOS MUNICÍPIOS PORTE 2 - METAS DE 2005/AVALIADAS				
MUNICÍPIOS DE PORTE 2				
EIXO	METAS	AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS PROPOSIÇÕES
GESTÃO	Implantação de CRAS	Municípios habilitados em gestão básica e plena. Processo de implantação de CRAS em andamento. Processo de informatização do CRAS em andamento.	Não implantado por falta de estrutura física, recursos financeiros, materiais e humanos. Burocracia para mudança de nível de gestão. Maior esclarecimento à população sobre funcionamento do CRAS. Falta de co-financiamento estadual.	Conscientizar o governo municipal da importância de sua implantação. Cumprir deliberações da PNAS. Participação das três esferas de governo no co-financiamento para a implantação de CRAS. Garantir o atendimento a todas as famílias em situação de vulnerabilidade. Informatização do CRAS. Implantar programas de formação para crianças e adolescentes, através de atividades sócio-educativas no período inverso ao ensino regular.
	Implementação e divulgação permanente do SUAS	Compreensão por parte dos técnicos da nova sistemática da Política de Assistência Social. Equipe técnica multidisciplinar, estrutura física e infra-estrutura. Processo de estruturação do sistema. Criação de secretaria específica. Adequar nome da secretaria. Diálogo com PSF para identificação do público alvo da assistência social. Rede SUASWeb.	Dificuldade de compreensão de alguns atores sociais envolvidos na Política de Assistência Social. Troca de prefeito e secretários, rotatividade constante de técnicos, funcionários e perda de documentos. Pouco registro das ações planejadas. Falta de espaço físico adequado para a realização de programas. Falta de estrutura física e suporte financeiro para implantação de sistema de informações sociais.	Conscientização dos gestores municipais para garantia da continuidade dos programas quando ocorrer mudança de gestão. Entendimento e apropriação de direitos sociais por parte da população usuária. Cumprir deliberações da PNAS. Co-financiamento para a implantação de CRAS. Reordenamento do Comando Único. Composição de equipes técnicas qualificadas. Capacidade de habilitação do município à gestão básica ou plena. Implantar rede de informações e divulgação da rede socioassistencial. Parcerias, trabalho em rede. Maior divulgação e comprometimento entre as políticas públicas setoriais. Maior diálogo com vistas ao acesso do cidadão. Implantar sistema de informações sociais. Revisão de critérios para o BPC. Mudança na lei federal para redução da idade de 65 para 60 anos para inclusão de maior número de pessoas no benefício.

GESTÃO (cont.)	Diagnóstico do município com indicadores sociais	Realizado em áreas de maior vulnerabilidade social, porém não muito detalhado.	Levantar os indicadores sociais.	Formação de banco de dados. Implantar rede de informações. Recursos para contratar assessoria para a realização de levantamento. Atualizar e ampliar diagnóstico de área de risco e vulnerabilidade social, através de parceria com o PSF, PACS e associação de bairros. Identificação da totalização das famílias com perfil para o Cadastro Único.
	Implementação de serviços sociais básicos	Implantação e ampliação de projeto locais. Melhoria de espaços físicos e aquisição de equipamentos para o atendimento de programas. Centro de Convivência do idoso instalado através de parceria.	Falta de recursos financeiros.	Recursos financeiros. Construção e manutenção de Centro de Convivência para o Idoso. Adaptação de espaços físicos para atender necessidades da pessoa com deficiência (lei de acessibilidade).
	Implementação de serviços sociais de média complexidade		Falta de recursos humanos e financeiros.	Criação de centro dia para idoso e pessoa com deficiência. Co-financiamento federal e estadual.
	Implementação de serviços sociais de alta complexidade	Implantação de CREAS	Garantia de recursos para custeio e capital. Falta de financiamento do Estado. Elaboração de projeto para implantação de casa de passagem. Ampliação do quadro de profissionais.	Garantir recursos para abrigo e casa lar. Formação de equipe para elaboração do projeto de implantação de casa de passagem. Implantação/implantação de abrigo. Definição de política para a população de rua. Implantação do serviço de abordagem de rua para atender a demanda emergente. Criação de centro de internação provisória. Criação da Casa de Mulheres Vítima de Violência Doméstica.
	Implantação do sistema de monitoramento e avaliação	Existe somente dentro da secretaria.	Expandir os mecanismos. Criar plano. Falta de efetivação do sistema.	Conscientização. Reuniões anuais com as instituições que compõem a rede de proteção social. Avaliar sistematicamente a gestão do SUAS nas três esferas de governo.
	Implantar política de habitação e saneamento			Implantar programas habitacionais para atender demanda.
	Mapeamento das entidades que prestam serviços socioassistenciais (rede)	Reuniões mensais com as entidades.	Comprometimento dos participantes.	Organização da rede de atendimento. Revisar as entidades assistenciais devidamente inscritas nos conselhos.

GESTÃO (cont.)	Erradicar a violência doméstica e as demais situações de vitimização e exploração e ampliar a cobertura de serviços com foco na família.	Lei Maria da Penha	Cumprimento na íntegra da Lei Maria da Penha. Co-financiamento para construção de espaço físico e equipe técnica.	Co-financiamento das três esferas. Implantação de casa de acolhida para mulheres vítima de violência. Conscientizar a mulher sobre a importância da denúncia. Que a Lei Maria da Penha saia do papel.
	Habilitação em gestão básica e plena	Município habilitado em gestão básica e plena.		Reorganizar as ações de assistência social no município. Avaliação das ações sistemáticas. Criar estrutura para recepção, identificação, encaminhamento orientação dos beneficiários do BPC e Benefícios Eventuais. Elaborar plano de inserção e acompanhamento dos beneficiários do BPC e Benefícios Eventuais. Cobertura de 100% na liberação financeira para pagamento do auxílio funeral.
	Política de geração de emprego e renda	Recursos do IGD para projetos com mulheres que recebem Bolsa Família e PETI. Capacitação dos grupos da terceira idade. Capacitação de famílias atendidas em programas sociais.	Contratação de profissionais com co-financiamento das três esferas. Manter número de alunos e frequência. Pouca abrangência, muitas desistências e falta de interesse dos participantes.	Criar programas de enfrentamento à pobreza. Manter a política com o co-financiamento. Implantar programas de profissionalização das famílias. Implantar centro de formação profissional e geração de renda Ampliar e garantir a participação das famílias. Formar cooperativas de trabalho. Buscar parcerias intersetoriais. Maior divulgação, espaço físico adequado. Implantar projetos de enfrentamento à pobreza. Capacitar menores aprendizes.
	Regulamentação dos benefícios eventuais	Disponibilização de carteira de passe livre para pessoa com deficiência, em nível municipal. Atendimento de benefícios pelo município.	Ampliação de recursos. Garantia do co-financiamento municipal e estadual.	Garantia do co-financiamento do governo estadual. Efetivação do Art. 22 da LOAS.
	Implantação do programa de medida socioeducativa em meio aberto	Início da I Jornada Sócio-Educativa.	Falta de recursos para execução do programa. Retorno dos recursos do Estado para manter programas de medidas socioeducativas	Condições e estrutura para o atendimento de adolescentes autores de atos infracionais. Co-financiamento das três esferas de governo.

FINANCIAMENTO	Definição de percentual no orçamento da assistência social nas três esferas de governo	Existe repasse de recurso no FMAS, mas sem índice fixo.	Garantir em lei o percentual. Aumento da demanda sem aumento do orçamento.	Garantir percentual mínimo de 5 a 10% para a assistência social. Conscientizar o governo municipal e vereadores da necessidade de estabelecer percentual. Garantia de que as emendas parlamentares sejam integradas aos FMAS e aplicados de acordo com PMAS.
	Cumprimento do co-financiamento do governo do Estado para a Política de Assistência Social, conforme previsto na NOB-SUAS		Falta de repasse de recursos. Dificuldade de compreensão e entendimento da importância em todas as esferas, principalmente no legislativo.	Co-financiamento do governo de estado para implantação do CRAS.
	Conscientização dos gestores e área de contabilidade que as informações sobre recursos são públicas.		Questão financeira restrita ao conhecimento e controle do contador. Carência de informações referente projetos existentes.	Conhecimento dos recursos. Simplificar e publicizar os recursos. Despertar na sociedade civil o interesse à participação.
	Revisão da LDO, LOA e PPA para a garantia do financiamento das ações de assistência social	Houve alterações.	Desvinculação de serviços da política de saúde da assistência social. Envolvimento da sociedade civil.	Percentual fixo para a assistência social. Que as propostas do orçamento sejam discutidas e elaboradas com os conselhos municipais.
RECURSOS HUMANOS	Implantação de Política de RH	Houve ampliação do quadro funcional	Falta de implantação da política, com plano de cargos e salários. Mudança de gestor municipal.	A não definição da política. Co-financiamento das três esferas para acesso a cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado.
	Capacitação permanente dos atores do SUAS	Capacitação a distância para implantação, implementação do SUAS. Reuniões na secretaria e conferências. Qualificação de pequeno número de pessoas. Houve capacitação por iniciativa municipal.	Ausência de capacitação em nível estadual.	Co-financiamento do estado e união. Manter capacitação permanente. Capacitação pelo estado.
	Concurso público para efetivação do quadro de RH e implantação de plano de cargos e salários, de acordo com normas e diretrizes da NOB-RH.	Contratação de profissionais através de concurso público.	Necessidade urgente de ampliação da equipe técnica.	Ampliar equipe técnica multidisciplinar. Abertura de vagas para assistente social. Nomear comissão paritária entre governo e representantes dos trabalhadores para discussão e elaboração do plano.

	Intersetorialidade entre os vários conselhos	Participação efetiva entre os conselhos.	Falta de comprometimento de alguns conselheiros.	Capacitação permanente de conselheiros.
CONTROLE SOCIAL	Fortalecimento/funcionalidade dos Conselhos	Foi realizada capacitação	Falta de capacitação aos conselheiros. Falta de conhecimento da legislação da Política de Assistência Social. Entendimento do papel dos conselheiros. Mobilizar para a participação. Falta de divulgação para que se efetue o controle. Processo de escolha dos conselheiros. Os conselhos municipais não tem as suas decisões respeitadas. Os conselhos municipais não são ouvidos/chamados a participar da construção do orçamento. Consciência da importância do envolvimento de todos.	Efetivar capacitação continuada. Conscientização da necessidade do fortalecimento. Co-financiamento para capacitação. Ampliação das ações e discussão do papel dos conselhos. Criar canais de participação (Fóruns e debates). Assessoramento técnico ao CMAS. Descentralização das reuniões do CMAS, para maior participação, acesso a informações e decisões do Conselho. Articulação entre conselhos e ONG's. Divulgação e participação ativa da sociedade civil. Ampliar a participação dos usuários no controle social. Participação dos conselheiros no planejamento, na elaboração do orçamento municipal, acompanhamento e fiscalização quanto a utilização de recursos. Divulgação sobre o Conselho na mídia. Promover o envolvimento dos diferentes setores da sociedade para efetivar o controle social. Implantar secretaria executiva no CMAS. Criar conselho municipal do idoso. Elaboração de cartilha sobre as atribuições de conselheiros.
	Criar sistema de fiscalização das entidades	Recadastramento de entidades de assistência social		Monitoramento das entidades inscritas no CMAS. Instituir sistema de vigilância e controle socioassistencial.

5.1.3. Municípios de Médio Porte:

COMPILAÇÃO RELATÓRIOS MUNICÍPIOS MÉDIO PORTE - METAS DE 2005/AVALIADAS				
MUNICÍPIOS DE MÉDIO PORTE				
EIXO	METAS	AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS PROPOSIÇÕES
GESTÃO	Diagnóstico do município com indicadores sociais	Elaboração de diagnóstico social. Realização parcial de diagnóstico.	Identificar os usuários por falta de diagnóstico. Articulação entre as diversas secretarias para identificação da população usuária. Identificação da totalização das famílias com perfil para o Cadastramento Único.	Ampliação das informações da rede socioassistencial. Criar sistema de informatização para atender os usuários. Parceria entre governo do estado e PSF do município para diagnóstico das áreas de risco. Atingir 100% das famílias com perfil para o Cadastro Único.

	Implementação e divulgação permanente do SUAS e de programas, serviços e benefícios da assistência social	Implantação de CRAS e CREAS. Divulgação no CRAS. Criação de secretaria municipal. Criação de secretaria executiva aos conselhos.	Diagnóstico sócio-econômico da região. Financiamento para garantir implantação de mais unidades. Falta de recursos humanos e financeiros. Compreensão das ações desenvolvidas no CRAS. Alto custo para o município. Instalação de CRAS e CREAS. Falta de estrutura física e técnica para criação de secretaria executiva e assessoria técnica aos conselhos. Falta de capacitação para conselheiros.	Implantação de CRAS. Avançar e qualificar o atendimento integral à família, através da articulação da rede de atendimento. Co-financiamento das três esferas de governo para construção, ampliação e implementação de unidades. Revisão da legislação federal que possibilite o pagamento de pessoal. Realização de Fórum de Assistência Social. Garantia acesso aos socioassistenciais. Implantar secretaria executiva e assessoria técnica aos conselhos. Reestruturar a Política de Assistência Social de acordo com o SUAS. Desenvolvimento de ações socioassistenciais junto as comunidades em situação de vulnerabilidade social. Assessoria aos municípios pelo Estado. Capacitação continuada. Garantia de recursos nas três esferas de governo. Publicizar as ações.
	Habilitação em gestão básica e plena	Habilitação em gestão básica e plena	Falta de interesse do gestores. Falta de capacitação dos técnicos.	Atingir gestão plena.
	Implantação do sistema de monitoramento e avaliação	Em processo de implantação. Implantação do SUAS Web	Falta de recursos humanos. Falta de planejamento e melhoria dos atendimentos prestados aos usuários. Falta de esclarecimento do papel da entidade. Falta de conscientização da necessidade (assunto não discutido).	Destacar nas conferências o trabalho realizado pela rede sócioassistencial. Implementação nas três esferas de governo.
	Mapeamento das entidades que prestam serviços socioassistenciais	Em execução.	Falta de articulação entre OG e ONG. Falta de entendimento sobre entidades de assistência social.	Capacitação de conselheiros. Articulação da rede. Melhoramento das condições físicas da rede co-financiada. Esclarecimentos à sociedade e usuários. Definição de recursos.
	Implementação de serviços sociais básicos	Implantação do Centro de Ensino profissionalizante para jovens. CRAS com adequação arquitetônica.	Construção de centro de convivência para o idoso. Omissão do Estado. Dificuldade de criação da Casa da Juventude. Falta de aplicação da lei de acessibilidade à pessoa com deficiência. Localização dos beneficiários do BPC.	Co-financiamento das três esferas de governo para implantação e implementação de programas. Estabelecer padrões de qualidade nos serviços, programas, projetos e benefícios. Manter serviços existentes, devido ao alto custo. Garantir a implementação da lei de acessibilidade. Acompanhamento e inclusão de 100% de beneficiários do BPC em programas municipais. Atualização do endereço do beneficiário pela agência pagadora. Sistema de organização de serviços regionais/ co-financiamento da rede socio-assistencial. Acesso aos benefícios circunstanciais. Revisão de critérios para o BPC (passar de 1/4 para 1/2 salário per capita) e identificação e inclusão de beneficiários.

	Implementação de serviços de média complexidade	Implementação de programas e atendimento a idosos vítimas de violência. Encaminhamento à atendimento especializado ao morador de rua e ressocialização da família, quando permitido pelo usuário. Atendimento regional da APAE.	Atendimento a usuários de outros municípios, nas diversas políticas de proteção. Escassez e atraso dos recursos. Realizar intervenção social com o morador de rua. Falta de espaço físico e recursos humanos.	Co-financiamento das três esferas de governo para implantação e implementação de programas. Estabelecer padrões de qualidade nos serviços, programas, projetos e benefícios. Criação do Centro Dia para o Idoso. Garantir recursos nas três esferas de governo. O Estado cumprir com sua função. Realização de parcerias para viabilizar o atendimento à população de rua. Articulação com Secretaria de Saúde, CAPS e equipe especializada. Implantar serviços de habilitação e reabilitação na comunidade para pessoas com deficiência.
	Implementação de serviços de alta complexidade	Atendimento regional de abrigo, asilo.	Falta recursos humanos. Esclarecimento sobre família acolhedora e seu objetivo. Criação da Casa de Mulheres Vítima de Violência. Dificuldade de atendimento a usuários de outros municípios, nas diversas políticas de proteção. Escassez e atraso dos recursos.	Implantação do Programa Família Acolhedora para crianças e idosos. Implantar casa de passagem e albergue. Criação de Casa Lar Regional para pessoas com deficiência. Ampliação de espaço para atendimento. Agilidade nos processos judiciais que envolvem criança, adolescente e idoso. Estabelecer padrões de qualidade nos serviços, programas, projetos e benefícios. Implantar em parceria com o Estado e consórcio com os municípios da região a Casa de Mulheres Vítima de Violência. Co-financiamento da três esferas de governo. Sistema de organização de serviços regionais/ co-financiamento da rede socio-assistencial. O Estado cumprir com sua função. Centro de recuperação para dependentes químicos.
	Política de Geração de Emprego e Renda	Criação de lei municipal para programa emergencial de auxílio desemprego. Instalação de cursos profissionalizantes no município. Parcerias com empresas, cooperativas agroindustriais, SENAI e SENAC e oficinas desenvolvidas nos CRAS.	Insuficiência de vagas. Deslocamento do usuário. Falta de recursos financeiros. Encaminhamento ao mercado de trabalho.	Formação de cooperativas. Espaço para comercialização de produção. Ampliar parcerias com entidades governamentais que trabalhem com formação.
	Reordenamento do Comando Único	Criação de secretaria específica.	Desvincular secretaria da assistência social da saúde.	Reorganizar espaço físico da secretaria para qualificar o atendimento. Modernizar os equipamentos de trabalho. Implantação do comando único nas três esferas de governo. Poder de convencimento ao gestor municipal.

	Regulamentação dos benefícios eventuais	Auxílio funeral em execução. Auxílio natalidade em processo de implantação, Auxílio à gestante com kit enxoval para bebê.	Co-financiamento estadual e municipal. Regulamentação com critérios.	Co-financiamento estadual e municipal.
	Implantação do sistema de informações sociais	Informatização dos programas e benefícios pela secretaria municipal.	Conscientização do poder público.	Poder de convencimento ao gestor.
	Articulação em rede e co-responsabilidade na articulação de consórcios e convênios micro-regionais		Falta de apoio da Secretaria de Desenvolvimento Regional. Omissão do estado.	Atender junto a Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda.
	Implantação de CREAS		Financiamento para pagamento de recursos humanos. Falta de compreensão das ações realizadas no CREAS.	Implantar CREAS. Financiamento para pagamento de recursos humanos, com inclusão de pedagogo e terapeuta ocupacional.
	Revisão do PPA e LDO com aplicação nos serviços da rede socioassistencial	Lei de Diretrizes Orçamentárias atendendo as necessidades da secretaria municipal.	Falta de conhecimento do gestor.	Estabelecimento de percentual para aplicação na área de assistência social, nas três esferas de governo.
FINANCIAMENTO	Co-financiamento das três esferas de governo para implementação do SUAS		Criar legislação que garanta percentual mínimo para assistência social. Implantação de programa específico para menores infratores.	Passar para o gestor da assistência social a gestão do FMAS. Que os recursos destinados à assistência social sejam repassados ao FMAS. Financiamento para RH. Definição de percentual no orçamento da Assistência Social nas três esferas de governo. Garantia de 5 a 10% no orçamento municipal. Intensificar as parcerias com empresas na responsabilidade social. Realizar campanhas para que a sociedade e instituições privadas participem da política de assistência social como co-financiadores. Co-financiamento da rede socioassistencial.
RECURSOS HUMANOS	Implantação de Política de RH	Ampliação do quadro de funcionários.	Insuficiência de profissionais.	Ampliação de equipe técnica. Estruturação das Secretarias Regionais com profissionais de serviço social. Dotar o serviço do INSS com profissionais de serviço social.
	Concurso público para efetivação do quadro de RH			Criação de plano de carreira, cargos e salários para os profissionais da Política de Assistência Social.
	Quadro de RH para CRAS		Falta de profissionais.	Ampliação do quadro de profissionais de assistência social, com capacitação permanente e co-financiamento das três esferas de governo.

	Capacitação de RH	Inserida no planejamento do município e está em execução.	Falta de programas de capacitação. Dificuldade de acesso, ou acesso restrito às capacitações ofertadas. Falta de suporte do governo do Estado na realização de capacitações regionais.	Programa de capacitação permanente para gestores, técnicos e conselheiros com co-financiamento das três esferas de governo. Reivindicar junto ao Estado a efetiva descentralização de programas de capacitação.
CONTROLE SOCIAL	Articulação intersetorial entre os conselhos de políticas públicas.		Falta de articulação entre as esferas de governo. Ausência de canais de participação e discussão.	Realização de Fórum de conselhos. Realização de Fórum de Assistência Social. Divulgação sistemática das ações dos conselhos. Realização de seminários municipais com todos os conselhos. Maior articulação entre gestor da assistência social e CMAS. Publicar e ampliar divulgação das audiências públicas. Criação do Conselho de Idoso.
	Implantação de Política de capacitação continuada de conselheiros para fortalecimento da participação.			Fortalecer as instâncias de controle social através de capacitações sistemáticas e seminários municipais anuais, financiadas pelas três esferas de governo.
	Efetivar a fiscalização do Fundo Municipal de Assistência Social, sua destinação de recursos, com publicização das ações e demonstração de sua execução financeira.	Parcialmente realizado.	Ausência de atividade contínua. O Conselho fiscaliza, mas não acompanha e nem assessora.	Garantir acompanhamento, assessoria e fiscalização dos programas e serviços governamentais e não governamentais. Realizar fóruns e seminários para avaliar o trabalho realizado pela rede governamental e não governamental.
	Estabelecer ações compartilhadas com o Poder Judiciário e Segurança Pública.	Pouco avanço.	Dificuldade em desenvolver ações conjuntas.	Ampliar as ações. Estimular a participação e buscar maior integração com entidades assistenciais.

5.1.4. Municípios de Grande Porte:

COMPILAÇÃO RELATÓRIOS MUNICÍPIOS DE GRANDE PORTE - METAS DE 2005/AVALIADAS				
MUNICÍPIOS DE GRANDE PORTE				
EIXO	Metas	AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS PROPOSIÇÕES
GESTÃO	Elaboração de Política Municipal de Assistência Social	Construído coletivamente.	Acesso a dados, informações e interpretações científicas dos mesmos.	Manter o processo de construção com a coletividade.

	Diagnóstico do município com indicadores sociais	Projeto para elaboração de diagnóstico em parceria com Universidade Regional. Parceria do Bolsa Família com PSF. Elaboração de diagnóstico em fase inicial.	Sistemas de informações não integradas. Falta de metodologia para elaboração do diagnóstico. Fragmentação de indicadores sociais. Aprovação orçamentária.	Construção de diagnóstico com indicadores sociais. Implantação de banco de dados único. Atualização permanente do cadastro único e identificação de famílias em situação de vulnerabilidade social. Inserção dos beneficiários do Programa Bolsa Família nos programas sociais .
	Implementação e divulgação permanente do SUAS e de programas, projetos, serviços e benefícios da assistência social	Melhoria no relacionamento intersetorial e na comunicação entre o CMAS e poder executivo. Avanços lentos nos CRAS. Divulgação a coordenadores e técnicos do governo e das entidades. Implantação de setor específico para atendimento ao BPC. Bolsa família, Cartão Cidadania, Casa de Apoio, Sentinela.	Dificuldade de comunicação direta com a equipe técnica do MDS. Falta de consistência nas informações repassadas pelo MDS. Falta de capacitação de tornar público o SUAS, incentivando a participação da sociedade civil em todo o processo. Cumprimento da NOB/SUAS pelo Estado. Falta de estrutura e de recursos humanos para inclusão do usuário na política de assistência social e de atendimento ao BPC. Falta de consistência nas informações repassadas. Falta de conscientização da comunidade e das pessoas que procuram o benefício. Atravessadores (advogados), no processo de BPC.	Melhorar a comunicação direta com o MDS e o Poder Público Municipal. Ampliar a divulgação a toda sociedade civil (através de cartilhas, campanhas, mídia). Iniciativas para inclusão do usuário. Ampliar a participação dos usuários nos espaços de discussão da política de assistência social. Garantia de intersectorialidade na execução dos serviços. Fortalecer a intersectorialidade, ampliar a divulgação e extinguir atravessadores do BPC. Inclusão social com visão emancipatória. Parceria e assessoria continuada aos municípios na implantação do SUAS. Promoção de fóruns, seminários, grupos de estudo, teleconferências, capacitações. Divulgação do BPC e demais benefícios, programas e projetos da assistência social.
	Reordenamento do Comando Único	Reordenamento da secretaria de assistência social, que está em construção. Alteração do nome da secretaria.	Implantação do reordenamento. Articulação.	Manter e aprimorar as articulações entre as OG's e ONG's. Efetivar o reordenamento do comando único. Garantir o efetivo funcionamento das secretarias executivas dos conselhos municipais.
	Mapeamento das entidades que prestam serviços socioassistenciais	Início das parcerias entre CRAS, PSF e Unidades de Saúde. Acompanhamento e orientação às entidades assistenciais em relação a organização jurídica, administrativa e execução da política de assistência social Implementação da rede socioassistencial. Efetivação do sistema de informação dos serviços.	Falta de recursos humanos. Implementação do artigo 3º e resolução 191 do CNAS. Falta de capacitação dos conselheiros. Falta de apoio técnico, assessoria e capacitação por parte do Estado.	Reestruturar os recursos humanos e manter as ações. Rever a documentação de todas as entidades cadastradas no CMAS. Capacitação técnica aos conselheiros, em especial ao artigo 3º da LOAS. Capacitação das entidades inscritas no CMAS. Participação efetiva das entidades e dos usuários nos conselhos e nas atividades desenvolvidas pelo CMAS. Definição do papel socioassistencial de cada entidade para evitar a duplicidade de programas e projetos.

	<p>Implementação de serviços de proteção social básica</p>	<p>CRAS implantados, com descentralização do atendimento a comunidades distantes. Intersetorialidade dos CRAS. Ampliação e melhoria na estrutura física e disponibilidade de recursos para atividades com grupos. Divulgação do trabalho na comunidade. Qualificação das equipes. O acompanhamento aos beneficiários do BPC está acontecendo junto aos CRAS, através do setor próprio da assistência e junto às entidades.</p>	<p>Falta de financiamento para garantir a implantação e implementação dos CRAS. Falta de estrutura física, recursos humanos e equipamentos. Falta de diagnóstico social das áreas de vulnerabilidade. Falta de qualificação de equipes técnicas, e dos serviços. Falta de co-financiamento da esfera estadual. Localização do CRAS. Falta de agilidade na contratação de concursados. Regulamentação dos critérios para benefício eventual. Ausência de profissionais para acompanhamento das famílias.</p>	<p>Ampliação dos programas, projetos, serviços e benefícios de assistência social. Garantia de intersetorialidade na execução dos serviços. Definição da conceituação de padrões de qualidade de serviços. Composição de equipe técnica, conforme previsto na NOB-SUAS com capacitação continuada e permanente. Garantia de previsão orçamentária e financeira. Realização de concurso público em curto prazo. Realizar diagnóstico social das áreas de vulnerabilidade social. Implantação e implementação dos CRAS, conforme NOB-SUAS e NOB-RH. Implantar maior número de CRAS nos municípios, com ampliação das equipes e da cobertura de atendimento. Atendimento à população indígena. Acompanhamento aos beneficiários do BPC. Implementar serviços que estão sendo desenvolvidos.</p>
	<p>Implementação de serviços de proteção de média complexidade</p>	<p>Relação entre conselho tutelar e poder judiciário. Casa de apoio social. Estruturação das equipes. Projeto de centro dia elaborado, com processo em discussão e debate no CMI e CMAS com recomendações e deliberações sobre a forma de funcionamento.</p>	<p>Cultural e estrutural. Projeto centro dia não aprovado pelo MDS. Diagnóstico do município sobre a demanda de idosos para centro dia. Morosidade de análise do processo e aprovação nas várias instâncias.</p>	<p>Melhorar a estrutura. Divulgação, prevenção e capacitação continuada. Ampliação dos programas, projetos, serviços e benefícios de assistência social. Garantia de intersetorialidade na execução dos serviços. Definição da conceituação de padrões de qualidade de serviços. Criação do centro dia para o idoso. Captação de recursos para implantação e ampliação de serviços de proteção de média complexidade. Atender os objetivos estabelecidos no projeto. Deslocamento da pessoa idosa até o Centro Dia. A acessibilidade para idosos e pessoa com deficiência. Agilização da proposta e sua implantação a curto prazo.</p>

	Implementação de serviços de proteção de alta complexidade	Capacitação de equipe. técnica e ampliação de carga horária.	Falta de co-financiamento do Estado. Falta de priorização desses serviços. Falta de abrigamento a idosos e pessoa com deficiência. Financiamento dos serviços de abrigamento somente pelo município.	Participação do Estado no co-financiamento. Articulação da Política de Assistência Social com a saúde, para atendimento aos dependentes psico-ativos. Ampliação dos programas, projetos, serviços e benefícios de assistência social. Garantia de intersetorialidade na execução dos serviços. Definição da conceitualização de padrões de qualidade de serviços. Criação de programas alternativos para jovens em situação de abrigo. Efetivar a implantação de casa de passagem (albergue). Qualificar e ampliar programas de abrigamento a idosos e pessoas com deficiência. Criação do sistema de abrigamento a idosos e pessoa com deficiência. Criação de centro dia para atendimento a pessoa com deficiência. Co-financiamento das três esferas para o sistema de abrigamento.
	Implantação do sistema de monitoramento e avaliação	Implantar a vigilância socioassistencial./ SUAS Web.	Estruturação e manutenção do sistema. Falta de recursos humanos e financeiros . Não implantação do sistema por falta de diagnóstico municipal.	Manter profissionais efetivos com a devida capacitação. Programas, serviços e projetos reordenados conforme o SUAS. Garantir recursos financeiros para implantação de sistema . Efetivar e ampliar equipe técnica para monitoramento e avaliação de todos os programas socioassistenciais.
	Elaboração e readequação coletiva do PPA, LDO, LOA e PPAS Municipal	PPA construído coletivamente. Possibilidade de apropriação das informações nos espaços das Conferências. Esforço do órgão público para adequação da Política. Houve elaboração do PPA, da LOA , da LDO e do PPAS municipal respeitando-se as orientações do SUAS. Ciclo de palestras organizadas pelo CMAS, com capacitação às ONGs sobre o reordenamento do financiamento a partir do SUAS.	LDO sem construção coletiva. Dificuldade em publicizar e capacitar os operadores de serviços. O PMAS é um processo gradual de um novo sistema. A falta de conhecimento que as demais secretarias têm sobre a Política de Assistência Social, suas demandas e orçamentos. Ausência do governo do Estado no co-financiamento para a assistência social. Tempo reduzido para o CMAS avaliar documentos de sua competência. CMAS ter maior acompanhamento antes de sua aprovação.	Modificar a forma de gerir o plano de acordo com a LDO. Participação popular na elaboração destes instrumentos. Definir pisos de financiamento por tipos de serviços socioassistenciais. Implementar o Plano Municipal. Realizar adequação com nova nomenclatura. Necessidade de gestão compartilhada. Revisão da LDO para a garantia do financiamento das ações de assistência social. Discussão participativa da respectiva esfera de governo, sociedade civil e conselhos de controle social na elaboração do orçamento.

	Criação da Casa de Mulheres Vítima de Violência	Implantação de casa abrigo. Efetivação dos serviços, com equipe técnica específica para o trabalho. Parceria de convênio federal com a ELETROSUL. Está em processo licitatório e será implantada até 2008.	Falta de recursos financeiros e humanos. Implantar o programa Família Acolhedora. Enfrentamento da situação de violência. Morosidade de aprovação de convênio federal. Falta de abrigo para encaminhamento de mulheres em situação de violência.	Implantar a Casa de Mulheres. Efetivação dos serviços. Capacitação e divulgação. Fortalecimento do Conselho da Mulher para implantação de uma Política para mulheres que atenda sua realidade. Trabalho descentralizado da equipe que atende o abrigo de mulheres, junto ao CRAS, na prevenção da violência. Implantação de um abrigo através de consórcios para atendimento da mulher. Co-financiamento das três esferas. Ampliar atendimento para 24 hs. com equipe técnica multiprofissional e disponibilidade de veículo.
	Regulamentação dos benefícios eventuais	Implantação do auxílio natalidade. Divulgação do benefício funeral e auxílio natalidade.	Falta de co-financiamento estadual. Acesso à informação (falta de conhecimento da população).	Regulamentação. Adequação do quadro de recursos humanos e financeiros. Garantia de atendimento a todos os necessitados.
	Implantação de CREAS	CREAS implantados. Levantamento e avaliação da demanda para implantação. Realização de concurso público. Capacitação profissional.	Dificuldade na implantação. Existe serviço mas não está funcionando de acordo com a PNAS.	Equipe técnica adequada para suprir novas demandas sociais. Manter e aperfeiçoar o CREAS.
	Política de Geração de Emprego e Renda	Criação de balcão de empregos. Centro de Economia Solidária. Ações de economia produtiva. Implantação de programas de geração de emprego e renda.	Falta de qualificação profissional. Baixa escolarização. Condições precárias de saúde para acessar o mercado de trabalho. Curta permanência nos cursos. Dificuldade de articulação intersetorial. Famílias vivendo em áreas irregulares e em condições precárias. Dificuldade de revitalização do Conselho Municipal de Trabalho e Emprego para implantação da política. Falta de orçamento. Não implantação dos serviços.	Captar recursos junto a iniciativa privada e outras fontes. Ampliação de cursos de qualificação profissional para adolescentes, jovens e adultos. Aumento da oferta de vagas nos programas. Respeito às necessidades e potencialidades das pessoas. Divulgar e incentivar a contratação de jovens pelas empresas (primeiro emprego). Parcerias com empresas para encaminhamento ao trabalho. Diagnóstico das potencialidades da cidade. Construção de política com orçamento. Articulação com o conselho de trabalho e emprego.
	Habilitação em gestão básica e plena	Municípios habilitado em gestão plena e básica.	Falta de co-financiamento do Estado.	Manter a habilitação. Política de recursos humanos. Garantia de todos os requisitos da gestão plena. Co-financiamento estadual.
	Funcionamento das Secretarias Regionais, conforme Lei de Reforma Administrativa do Estado		Despreparo do pessoal que compõe as SDR's. Falta de assessoria das SDR's. Falta de técnicos sociais.	Garantia de suporte técnico do Estado para implementação do SUAS. Inclusão de assistentes sociais nas SDR's. Apoio técnico e assessoria nas SDR's.

	Casa de apoio social à população de rua	Construção, implantação e implementação à casa de apoio social. Casa criada em janeiro 2007, atendendo 30 idosos do sexo masculino.	Metodologia de atendimento. Risco de recaídas. Atendimento de longo prazo. A não existência de mecanismos de inserção desses moradores no mercado de trabalho.	Avaliação do serviço. Cuidado para que não se torne abrigo ou casa de passagem. Avançar o atendimento a população feminina. Favorecer a ação continuada. Falta de uma casa para acolhimento para moradores de rua durante o período pós tratamento hospitalar.
	Definição de política para a população de rua	Consolidação de rede de atendimento.	Articulação dos municípios. Inexistência de outros programas que atendam essa população. Falta de política intersetorial que possa favorecer a continuidade de atendimento. Articular e discutir com a rede, metodologias de atendimento. Falta de instrumento legal para embasar discussão técnica. Ausência de uma política principal para a população. Intensificar apoio e acompanhamento a pessoas com transtornos mentais através de parceria entre assistência social e saúde.	Construção de instrumentos legais para embasar as ações técnicas. Criação de protocolo de atendimento para a população de rua. Estabelecer um plano integrado entre a secretaria de saúde e assistência social. Plano integrado entre secretaria de saúde e assistência social para a criação de pensão protegida ou residência terapêutica. Elaboração, nas três esferas de governo, de política para moradores de rua em suas diversas características.
	Implantação de política para pessoa com deficiência	Criação e implantação de conselho municipal de direitos para pessoa com deficiência	Pouca acessibilidade de pessoas com deficiência nos espaços públicos.	Capacitação de profissionais da rede de serviços. Fiscalização das empresas para garantir aplicação da lei que garante vagas para pessoas com deficiência. Divulgação dos serviços já disponíveis. Garantir a implantação da lei de ostomizados.
	Implantação de política habitacional	Criação de comissão para discussão da política habitacional. Criação de secretaria própria.	Definição das áreas de interesse social. Fiscalização e regulamentação. Falta de atendimento a famílias vítimas de calamidades públicas e sinistros. Alta demanda e problemas quanto a legalização de terrenos.	Viabilização de recursos federais para a habitação. Construção de política com orçamento para construção e adequação de moradias.

FINANCIAMENTO	Co-financiamento das três esferas de governo para implementação do SUAS	Recurso contínuo da União. Ampliação do co-financiamento federal e municipal.	Falta de comprometimento do gestor estadual. Falta de orçamento financeiro adequado para atendimento da proteção social básica e especial. Falta de financiamento para o Programa de Medidas Sócioeducativas. Co-financiamento para o programa de abrigo. Falta de criação de cargos. Falta de realização de concurso público. Falta de planejamento. Falta de priorização de recursos financeiros para capacitação. Compreensão do executivo e legislativo sobre a importância do RH.	Participação efetiva no co-financiamento das três esferas de governo nas ações de assistência social. Cumprimento das atribuições do Estado conforme prevê a NOB-SUAS, respeitando as pactuações e deliberações da CIB e CEAS. Financiamento para RH. Criar e ampliar o quadro de pessoal efetivo. Realizar concurso público. Planejar e executar a Política de capacitação de RH de acordo com a NOB-RH. Garantir previsão orçamentária financeira para execução da política de assistência social. Participação do Estado no co-financiamento para todos os pisos de proteção. Garantia de que as emendas parlamentares sejam integradas aos fundos de assistência social. Aumento dos valores do co-financiamento repassados pela União, incluindo a alta complexidade. Ampliar recursos em todas as esferas.
RECURSOS HUMANOS	Implementação de Política de RH para implementação do SUAS	Avanço na discussão da NOB-RH.	Compreensão dos poderes legislativo e executivo sobre a importância dessa política.	Política de RH com capacitação permanente de técnicos, gestores, trabalhadores sociais e entidades de assistência social e ampliação de quadro efetivo através de concurso público. Conciliação da NOB-RH com a legislação dos servidores públicos.
	Capacitação de RH para gestores, técnicos, conselheiros, etc.	Capacitação das equipes dos CRAS para entendimento do SUAS. Capacitação à distância pelo MDS. Capacitações pontuais. Capacitação para servidores. Reuniões de equipe (setoriais). Reuniões de planejamento.	Recursos financeiros. Falta de equipe técnica específica para assessoria ao CMAS e toda a rede.	Aplicação da NOB-RH e devido monitoramento do MDS. Compor equipe técnica exclusiva junto a secretaria executiva do CMAS. Criação de plano de capacitação continuada. Capacitação continuada e sistemática para todos os setores de assistência social. Promoção de seminários, grupos de estudo e teleconferências.
	Concurso público para efetivação do quadro de RH	Previsão de concurso público. Foi realizado concurso.	Fase de transição. Insuficiência do número de vagas ofertadas pelo concurso público. Número insuficiente de profissionais. Alta rotatividade de profissionais nos programas.	Criação de plano de carreira, cargos e salários. Descrição de cargos, funções. Definição de piso salarial e efetivação da isonomia salarial. Ampliação do número de vagas. Ampliação do quadro funcional. Destinação de assistentes sociais a entidades não governamentais que não podem manter financeiramente os profissionais.

CONTROLE SOCIAL	Implantação de Política de capacitação continuada para conselheiros	Ações isoladas.	Falta de importância (vontade política). Efetivação do controle social.	Formalização e implantação dessa política. Elaboração de um plano de capacitação.
	Criar sistema de ouvidoria	Articulação entre ouvidoria municipal e secretaria de assistência social. Aplicação de questionário de avaliação de atendimento com o público alvo da assistência social . Criação da ouvidoria. Entendimento do ouvidor. Foi criado 0800 junto ao CREAS para notificação de abuso e exploração sexual, mendicância, etc.	Falta de recurso financeiro. Não há setor específico para a implementação dos serviços.	Aperfeiçoar contatos com a ouvidoria municipal. Ampliar e manter o repasse das informações atualizadas e setorializadas. Ampliar e divulgar o 0800 para atendimento das outras demandas da assistência social. Implementar os serviços.
	Intersetorialidade entre os Conselhos setoriais e de direitos	Discussão dos problemas em rede, parcerias e fortalecimento do CMAS.	Entendimento da política de assistência social pelos poderes executivo e legislativo. Ampla discussão da condição financeira pelas entidades.	Manter o processo e fortalecimento de parceria respeitar deliberações do CMAS. Fortalecer vínculo e comunicação entre os conselhos. Criação de fóruns permanentes de discussão com conselhos de direito e setoriais.
	Garantia de participação do usuário nos conselhos municipais	Alteração da lei, propiciando maior representatividade do usuário. Mudança do regimento interno e credibilidade.	Participação e comprometimento dos conselheiros governamentais e chefia imediata. Acesso universal.	Ampliar e universalizar a participação, divulgação dos encontros. Participação efetiva dos conselheiros. Participação dos usuários nos conselhos.
	Interface entre os órgãos públicos e os conselhos municipais	Aproximação com o orçamento. Aceitação entre as partes. Criação da secretaria executiva do CMAS.	Não revisão da LDO. Interface com outras secretarias. Publicização das ações do CMAS. Falta de recursos financeiros.	Revisão LDO. Manter os avanços conseguidos. Ampliar a interface, levando ao conhecimento das demais secretarias a legislação do SUAS. Estabelecer canais de comunicação, informação e divulgação. Implementar e manter atualizado o Portal dos Conselhos. Efetivar a fiscalização do Fundo Municipal de Assistência Social. Dar visibilidade do financiamento para o sistema e criar link no site da prefeitura. Conhecer a destinação de recursos, com publicização e demonstração de sua execução financeira .
	Mobilização para o debate do SUAS (audiências públicas, seminários e fóruns)	Houve pequeno avanço pontual	Articular as ações. Falta vontade política e iniciativa dos conselhos e conselheiros	Fortalecer ações e implantar programas de ação continuada. Criar agenda de encontro entre os conselhos e conselheiros
	Inclusão do usuário na política de assistência social e debate sobre o SUAS	Avanços lentos no CRAS	Falta de recursos humanos e financeiros. Falta de capacitação. Romper com o assistencialismo e clientelismo.	Ampliar fóruns e seminários. Espaços coletivos para discussão entre profissionais e usuários. Iniciativas para inclusão do usuário.

	Criação da secretaria executiva do CMAS	Criação de secretaria.	Falta de recursos humanos. Falta de estrutura. Sobrecarga de ações.	Estruturar e ampliar ações. Profissional exclusivo para realizar ações do conselho.
--	---	------------------------	---	---

5.2. Essas foram as 3 (três) principais dificuldades encontradas para garantir os direitos socioassistenciais aos usuários da Política de Assistência Social, nos municípios catarinenses, conforme o porte:

5.2.1. Municípios de Porte 1:

1.	Ausência de percentual fixo de investimento e/ou co-financiamento na Política de Assistência Social.
2.	Ausência de implantação de CRAS em grande parte dos municípios, bem como de técnicos para atuação na área social.
3.	Baixo investimento em programas de inclusão no mercado de trabalho, qualificação profissional e formação de cooperativas (principalmente para mulheres, jovens e pessoas com deficiência).

5.2.2. Municípios de Porte 2:

1.	Insuficiência de co-financiamento das três esferas de governo.
2.	Co-financiamento para capacitação permanente das equipes técnicas e implantação e implementação de CRAS e CREAS.
3.	Inexistência de capacitação para conselheiros, gestores, profissionais da área, vereadores, prefeitos e usuários.

5.2.3. Municípios de Médio Porte:

1.	Co-financiamento insuficiente das esferas municipal e federal para implementação de todos os serviços de Proteção Social Básica e Especial e ausência de co-financiamento estadual para implantação do SUAS.
2.	Insuficiência de quadro de profissionais efetivos para o desenvolvimento da gestão e dos serviços de proteção social básica e especial e de capacitação permanente para os atores envolvidos com a política de assistência social.
3.	Critério excludente para acesso ao Benefício de Prestação Continuada e a Programas Municipais de Renda Mínima.

5.2.4. Municípios de Grande Porte:

1.	Insuficiência de co-financiamento das três esferas de governo, resultando em precariedade de recursos humanos e financeiros para o desenvolvimento dos serviços municipais e regionais de alta complexidade, bem como de capacitação permanente para os atores envolvidos com a política de assistência social.
2.	Ausência de co-financiamento regular da esfera estadual em relação aos Benefícios Eventuais e demais ações definidas como se sua responsabilidade.
3.	Falta de investimento em programas de inclusão produtiva e ocupacional, de qualificação profissional e formação de cooperativas (principalmente para os usuários e beneficiários da política de assistência social).

PARTE 2

- Relatório da Conferência Estadual -

1. Avaliação quanto ao primeiro objetivo:

1.1 Avaliação sobre as Metas da V Conferência Estadual de Santa Catarina:

1.1.1. Metas sobre a Gestão do SUAS:

GESTÃO					
Nº	AVALIAÇÃO DAS METAS ESTADUAIS DE GESTÃO DO SUAS				
	METAS 2005	DESAFIOS 2005	AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS PROPOSIÇÕES
1	Cumprimento da Lei e das regulamentações em relação às instâncias de gestão e pactuação estadual (curto prazo).	Cumprimento pelo Estado das Leis e Regulamentações relativas à Política de Assistência Social.	* Avanço Parcial: atuação da CI/SC; aumento da habilitação dos municípios na condição de gestão básica e plena; reordenamento da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação; assinatura do pacto de aprimoramento de gestão do estado.	*Os recursos pactuados na CIB/SC são insuficientes; *Ausência de co-financiamento estadual; *Ausência de cumprimento pelo Estado das leis e regulamentações relativas à PNAS; *Ausência de efetivo controle social.	*O Estado deve pactuar serviços de proteção básica e especial (em todos os níveis de complexidade); *Fortalecimento e envolvimento da sociedade civil na defesa e elaboração das políticas públicas; *Criação e/ou resgate de fóruns de debate de políticas públicas; *Concretizar a implantação do SUAS e o compromisso de co-financiamento do Estado; *Cumprimento pelo Estado das Leis e Regulamentações relativas à Política de Assistência Social; *Respeito às deliberações do CEAS.
2	Implantação no âmbito da instituição gestora estadual de setor de vigilância social, apoio sócio-jurídico e ouvidoria (curto prazo).	Estruturação do serviço com equipe técnica e infra-estrutura adequadas.	NÃO HOUVE	* Ausência de recursos financeiros e humanos que realize a vigilância social, apoio sócio jurídico e ouvidoria; *Equipe técnica insuficiente para atendimento aos municípios.	*Garantia de recursos orçamentários para o FEAS, objetivando a manutenção e o co-financiamento; *Cumprimento da meta definida na V Conferência; * Articulação e mobilização dos gestores e conselhos municipais e promotoria pública; *Efetivação dos serviços com equipe técnica (concursos público) e estrutura adequada.

3	Elaboração de padrões de qualidade da gestão e funcionamento dos Conselhos Municipais de Assistência Social para efetuar o monitoramento e avaliação da gestão e do controle social, no âmbito do estado.	* Avanço Parcial: criação da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação.	* Necessidade de reestruturação do Comando Único Estadual, nos aspectos administrativo e técnico, para acompanhamento da implantação do SUAS; *Inexistência de Comando Único em grande parte dos municípios do Estado; * Número ainda reduzido de municípios em gestão básica e plena; *Falta de articulação entre CEAS e Secretaria Estadual de Assistência Social; * Pouca ação de monitoramento e avaliação; * Falta de recursos humanos, pois não houve aumento e qualificação da equipe técnica da Secretaria Estadual; *Ausência de sistema de informações em rede.	* Elaboração de padrões de qualidade da gestão e funcionamento dos Conselhos Municipais de Assistência Social para efetuar o monitoramento e avaliação da gestão e do controle social, no âmbito do estado; * Elaboração de padrões de qualidade dos serviços para orientação aos municípios; *Constituição de Secretaria de Estado da Assistência Social com infra-estrutura adequada e quadro de recursos humanos necessários para a gestão estadual; * Reordenamento dos serviços regionais, dotando as SDR's de equipe técnica própria como referência para o desenvolvimento das ações da Política e do SUAS, com recebimento de capacitação continuada pela Secretaria Setorial; * Efetivação do monitoramento do CEAS/SC junto aos conselhos municipais; *Maior interlocução entre a Secretaria Setorial e as SDR's.
	Elaboração de padrões de qualidade dos serviços para orientação aos municípios.			
	Constituição de Secretaria de Estado da Assistência Social com infra-estrutura adequada e quadro de recursos humanos necessários para a gestão estadual.			
	Reordenamento dos serviços regionais, dotando as SDR's de equipe técnica própria como referência para o desenvolvimento das ações da Política e do SUAS, com recebimento de capacitação continuada pela Secretaria Setorial.			

4	Elaboração de Plano Estadual Decenal com previsão orçamentária para implementação do SUAS no Estado, considerando dados dos Álbuns de Fotografia dos Municípios, dos Planos Decenais Municipais e as deliberações da V Conferência Estadual (curto prazo).	Elaboração de Plano Decenal e correspondente PPA e Dotação Orçamentária para o FEAS/SC, que sejam respeitados e cumpridos pelo governo estadual.	* Avanço Parcial: assinatura do Pacto de Aprimoramento de Gestão	*Criação do Fundo Social em detrimento do FEAS/SC; * Descumprimento pelo governo do estado da previsão orçamentária elaborada pelos técnicos e aprovada pelo CEAS/SC.	*Implementar o Sistema Estadual de informação Social; * Elaboração do Plano Estadual Decenal; * Cumprimento do PPA; *Realização de diagnóstico das demandas dos municípios, e das demandas regionais para implementação dos CREAS.
5	Implantação de sistema de acompanhamento estadual de implantação do SUAS e de monitoramento e avaliação das gestões municipais (curto prazo).	Constituição de equipe técnica para implantar o sistema e assessorar os municípios. Efetivação de contratação com CIASC ou outro organismo, capaz de criar o softwer necessário. Elaboração de projeto para busca de recursos financeiro em agência financiadora.	NÃO HOUE	* Desativação do Sistema Estadual de Informação para acompanhamento da implantação do SUAS e gestões municipais; * Inexistência de equipe técnica; * Ausência de Plano Estadual de Capacitação; * Não cumprimento da NOB-SUAS pela esfera estadual.	* Implementação do sistema de acompanhamento do SUAS e monitoramento e avaliação das gestões municipais, com reativação do Sistema de Informações Sociais; *Constituição de equipe técnica para operar o sistema e assessorar os municípios; *Efetivação de contratação com CIASC ou outro organismo, capaz de criar o softwer necessário; *Elaboração de projeto para busca de recursos financeiros em agência financiadora; *Garantir equipe técnica por concurso público, conforme NOB-RH, para efetivar a implementação do SUAS.
6	CRAS implantados em todos os municípios catarinenses (médio prazo)	Acompanhamento e assessoria à implantação de CRAS em todos os municípios.	Houve avanço na implantação dos CRAS em alguns municípios, com recursos próprios ou co-financiamento federal, mas sem a participação de investimentos da gestão estadual.	*Ausência de recursos do Estado para implantação, acompanhamento e assessoria dos CRAS; *Demora na aprovação do Pacto de Aprimoramento de Gestão, na expansão dos CRAS, e falta de recurso financeiro para o seu co-financiamento pelo Estado.	* Implantação e manutenção de CRAS em todos os municípios catarinenses, com garantia de recursos para assessoria e capacitação de recursos humanos; *Comprometimento dos gestores municipais e do gestor estadual com a implantação e implementação dos CRAS.

7	Instituição de pelo menos um Centro de Referência Estadual para acompanhamento de crianças e adolescentes dependentes químicos, em parceria com a saúde (médio prazo)	Análise junto à Secretaria Estadual de Saúde da viabilidade e procedência de serviço desta natureza, estadualizado e centralizado.	NÃO HOUVE	* Falta de entendimento da dependência química como problema de Saúde Pública; * Falta de recursos financeiros; * Falta de trabalho intersetorial entre Secretarias.	* Articulação entre as Secretarias Estaduais de Assistência Social e Saúde; * Definição de concepções, atribuições e competências no tratamento da dependência química pelas políticas de saúde e assistência social; * Análise junto à Secretaria Estadual de Saúde da viabilidade e procedência de serviço desta natureza, estadualizado e centralizado.
8	Realização de diagnóstico regional, detectando as demandas para os serviços de proteção social especial de média e alta complexidade, a serem implantados nas regiões e microrregiões através de consórcios (médio e longo prazo)	Estruturação das SDR's, na área de assistência social, para que possam agilizar procedimentos em relação a estes serviços através dos Comitês Temáticos de Assistência Social, definindo os serviços e os locais de implantação e/ou implementação de serviços já existentes. Coordenação dos consórcios regionais de média e alta complexidade.	* Avanço Parcial: em algumas regiões foram iniciados consórcios entre municípios para realização de serviços de média e alta complexidade; * Regularização do pagamento dos convênios de serviços de alta complexidade, conforme pactuados na CIB/SC e aprovados no CEAS/SC.	* Ausência de diagnóstico; * Despreparo dos gerentes das Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR's), que necessitam de capacitação e assessoria da Secretaria Setorial e de equipe técnica da área da assistência social..	* Estruturação das SDR's na área de assistência social para que possam agilizar procedimentos em relação a estes serviços, através dos Comitês Temáticos de Assistência Social, definindo os serviços, locais de implantação ou a necessidade de expansão e qualificação daqueles existentes.
9	Adoção de maior rigor e penalização, em seu âmbito de ação, aos municípios que não cumprirem com as exigências de gestão da política, conforme prerrogativas do SUAS (longo prazo)	Efetivo monitoramento e avaliação das gestões municipais, com profissionais e infraestrutura para visitação aos municípios e/ou regionais.	* NÃO HOUVE (na avaliação da maioria dos grupos). * Para um grupo houve avanços na gestão da política com a habilitação de todos os municípios catarinenses na gestão do SUAS.	* Inexistência de instrumentos para fiscalizar os municípios diante do não cumprimento do SUAS; * O Estado não cumpre com suas responsabilidades para com o SUAS; * Falta de equipe técnica especializada e metodologia adequada para o monitoramento dos municípios e da gestão estadual.	* Elaboração e efetivação de plano de monitoramento e avaliação pelo estado, a médio prazo; * Efetiva assessoria, monitoramento e avaliação das gestões municipais, com profissionais contratados por concurso público e infraestrutura para visitação aos municípios e/ou regionais, inclusive nos municípios que ainda não implementaram o CRAS; * Adoção de maior rigor e penalização, em seu âmbito de ação, aos municípios que não cumprirem com as exigências da PNAS/SUAS (longo prazo) .

10	Funcionamento efetivo das instâncias de gestão, pactuação e deliberação, no Estado, com cumprimento das pactuações efetuadas na CIB/SC e aprovadas pelo CEAS/SC (longo prazo)	Reordenamento das estruturas de gestão, pactuação e deliberação para adequação ao SUAS.	*A maioria dos grupos respondeu que não houve avanços neste aspecto (4 grupos); *Um grupo avaliou que houve maior estruturação e fortalecimento do COEGEMAS e da CIB/SC, com realização de pactuações e sua aprovação pelo CEAS/SC, embora a esfera estadual cumpra estas deliberações de forma sofrível.	*A frágil participação dos gestores municipais no COEGEMAS e a ausência de diálogo entre conselhos municipais e conselho estadual; * Falta de vontade e comprometimento político para com a liberação dos recursos financeiros; * Falta de pessoal e de estrutura adequada para o funcionamento destas instâncias e pouco conhecimento do gestor sobre o assunto.	*Reordenamento das estruturas de gestão, pactuação e deliberação para adequação ao SUAS a médio prazo; * Cumprimento pelo governo do estado de suas responsabilidades legais a médio prazo; *Ampliação do diálogo entre conselhos municipais e conselho estadual; *Cumprimento das deliberações do CEAS/SC.
		Cumprimento pelo governo do estado de suas responsabilidades legais.			
OBS: Metas de Curto Prazo - até 2008		Metas de Médio Prazo - até 2010		Metas de Longo Prazo - até 2015	

1.1.2. Metas sobre Financiamento:

FINANCIAMENTO					
Nº	AVALIAÇÃO DAS METAS ESTADUAIS DE FINANCIAMENTO DO SUAS				
	METAS 2005	DESAFIOS 2005	AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS/PROPOSIÇÕES
1	Elaboração de emenda constitucional para garantia de receita vinculada para investimento na área da assistência social - 10% do total arrecadado pelo estado, encaminhando ao legislativo estadual, ante projeto de lei de responsabilidade social que possibilite a deliberação, monitoramento e avaliação do orçamento social (curto, médio e longo prazo).	✓Projeto de Lei implementado	✓Não houve avanços.	✓Aprovação de emenda constitucional estadual; ✓Não houve comprometimento e investimento social por parte do Estado; ✓ Não foram efetuadas ações para efetivação das deliberações aprovadas na V Conferência Estadual de Assistência Social.	✓Realocar os recursos da União, sem criação de novos impostos que onere a sociedade. ✓Que as emendas parlamentares tenham o parecer do conselho. ✓Que as subvenções sociais sejam repassadas para os fundos de assistência social. ✓Regulamentação da receita vinculada por lei federal.

2	<p>Co-financiamento pelo Estado dos serviços de proteção social básica e especial, definidos como de sua responsabilidade pela NOB/SUAS/2005 (curto e médio prazo).</p>	<p>✓Convencimento do governo estadual da obrigatoriedade de co-financiamento do Estado, respeitando e cumprindo a proposta orçamentária elaborada para o FEAS/SC, no PPA Estadual, sem contingenciamentos.</p> <p>✓Descarimbamento de todos os recursos de co-financiamento dos serviços de proteção social básica e especial, no âmbito de responsabilidade da esfera estadual.</p> <p>✓Revisão da burocracia de co-financiamento do Estado aos municípios, com adequação dos procedimentos ao estabelecido na PNAS/2004 e NOB/SUAS/2005.</p>	<p>▪Avanços parciais:</p> <p>✓pactuação e aprovação dos recursos de alta complexidade com piso referendado no custo médio dos serviços;</p> <p>✓inclusão de ações relativas a esta meta no Pacto de Aprimoramento de Gestão;</p> <p>✓Co-financiamento para serviços de alta complexidade, eliminando a transferência de recursos de forma carimbada.</p>	<p>✓Falta de comprometimento do gestor estadual;</p> <p>✓Falta de orçamento adequado para atendimento da proteção social básica e especial;</p> <p>✓Falta de financiamento para programa de medidas sócioeducativas.</p> <p>✓Insuficiência do co-financiamento estadual para os programas de abrigo;</p> <p>✓Falta de priorização de recursos financeiros para capacitação.;</p> <p>✓ Falta de compreensão do executivo e legislativo sobre a importância da NOB-RH;</p> <p>✓Pouco tempo para prestação de contas de convênios do Estado;</p> <p>✓Exigência da CND;</p> <p>✓Falta de informações e orientações sobre os convênios;</p> <p>✓Devolução de recursos</p>	<p>✓Cumprimento das atribuições do Estado conforme prevê a NOB-SUAS, respeitando as pactuações e deliberações da CIB e CEAS/SC;</p> <p>✓Planejar e executar a política de capacitação de RH de acordo com a NOB/RH, através de concurso público;</p> <p>✓Garantir previsão orçamentária e financeira para a execução da política de assistência social;</p> <p>✓Participação do Estado no co-financiamento de todos os pisos de proteção;</p> <p>✓Constituição de equipe para efetuar auditoria da utilização dos recursos estaduais nos municípios;</p> <p>✓Aumento dos valores do co-financiamento repassado pela União, incluindo a alta complexidade;</p> <p>✓Estabelecimento de mecanismos para concretizar as metas estabelecidas nas conferências;</p> <p>✓Garantia de que as emendas parlamentares sejam integradas ao Fundo de Assistência Social, com controle do CEAS/SC;</p> <p>✓Acompanhamento e fiscalização pelo CEAS/SC do cumprimento das deliberações da Conferência Estadual;</p>
---	---	--	--	--	--

				federais por inoperância do Estado.	✓Desburocratização da transferência de recursos do estado para os municípios.
3	Co-financiamento do Estado para os Benefícios Eventuais com ampliação de suas possibilidades de utilização (curto, médio e longo prazo)	<p>✓Garantia de recursos no FEAS/SC para cumprimento pelo governo estadual do que estabelece a LOAS e a NOB/SUAS/2005.</p> <p>✓Repasse de recurso fundo-a-fundo, cabendo aos municípios a decisão do emprego na ampla gama de necessidades de benefícios eventuais.</p>	✓Não houve avanços	<p>✓Não cumprimento da legislação LOAS/NOB-SUAS pelo Estado;</p> <p>✓Falta de entendimento do poder público em relação à importância da efetivação da Política de Assistência Social como uma política de Estado;</p> <p>✓Ausência de regulamentação dos benefícios eventuais pelo Estado.</p>	<p>✓Regulamentação imediata dos benefícios eventuais conforme LOAS;</p> <p>✓Garantia de recursos no FEAS/SC para cumprimento pelo governo estadual do que estabelece a LOAS, a NOB-SUAS;</p> <p>✓Repasse de recursos de fundo-a-fundo, cabendo aos municípios a decisão do emprego na ampla gama de necessidades de benefícios eventuais.</p>
4	Co-financiamento dos serviços de referência regional (CREAS) e/ou consórcios microrregionais (médio prazo).	✓Dotação orçamentária para co-financiamento de serviços de referência regional e/ou de consórcios microrregionais, de acordo com prioridades estabelecidas pela CIB/SC, com base em avaliações regionalizadas do estado.	Não houve ainda.	<p>✓Estado não cumpre com sua responsabilidade de co-financiamento;</p> <p>✓Falta maior fiscalização e atuação dos conselhos.</p>	<p>✓Dotação orçamentária /recursos financeiros para co-financiamento de serviços de referência regional e /ou de consórcios microrregionais de acordo com prioridades estabelecidas pela CIB/SC, com base em avaliações regionalizadas do Estado;</p> <p>✓Efetuar diagnóstico e posterior parceria para implantação/implementação de CREAS regionais e serviços afins consorciados.</p>
5	Desburocratização do repasse de co-financiamentos do Estado e adoção de	✓Repasse fundo-a-fundo automático sem a figura da forma convencional.	Não houve	✓Não houve alteração na forma de repasse de	✓Repasse fundo-a-fundo sem a figura da forma convencional;

	monitoramento e avaliação da aplicação dos recursos (médio prazo)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Adequação da legislação estadual de repasse de recursos aos municípios. ✓ Constituição de equipe para efetuar auditoria da utilização dos recursos estaduais, nos municípios. 		recursos, continuando a ser adotada a figura convencional.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Adequação da legislação estadual de repasse de recursos aos municípios; ✓ Constituição de equipe para efetuar auditoria da utilização dos recursos estaduais nos municípios.
6	Revisão dos percentuais de destinação do ICMS para as regiões do estado (longo prazo)	✓ Reforma tributária urgente.	✓ Não houve	<ul style="list-style-type: none"> ✓ A não priorização da revisão dos percentuais de destinação do ICMS pelo Estado; ✓ Falta de interesse e agilização por parte dos órgãos competentes; ✓ Aumento da demanda por serviços, sem o correspondente repasse financeiro para os municípios 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Propor reforma tributária urgente, que vincule recurso para o fundo de assistência social; ✓ Aprovação da emenda constitucional em tramitação na esfera federal..
OBS: Metas de Curto Prazo - até 2008 Metas de Médio Prazo - até 2010 Metas de Longo Prazo - até 2015					

1.1.3. Metas sobre Recursos Humanos:

GESTÃO DO TRABALHO (RECURSOS HUMANOS)					
AVALIAÇÃO DAS METAS ESTADUAIS DE GESTÃO DO TRABALHO DO SUAS					
Nº	METAS 2005	DESAFIOS 2005	AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS PROPOSIÇÕES
1	Efetivação de apoio técnico, na forma de realização de eventos de capacitação, assessorias e/ou consultorias permanentes aos municípios (curto	✓ Quadro efetivo de profissionais qualificados para prestar assessoria aos municípios e recursos financeiros que viabilizem suas presenças nos municípios. ☐	✓ Não houve	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Omissão do Estado; ✓ Falta de compreensão dos poderes legislativo e executivo sobre a importância da Política de Assistência Social; ✓ Insuficiência de recursos humanos e 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Política de RH com capacitação permanente de técnicos, gestores, trabalhadores sociais e entidades de assistência social e ampliação de quadro efetivo da Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação,

	prazo)	✓Elaboração de Plano Estadual de Capacitação e aporte de recursos financeiros para a sua execução.		financeiros para efetivação de apoio técnico; ✓Devolução de recursos federais do FNAS para capacitação, em virtude de repasse com CNPJ e conta corrente da Secretaria da Fazenda, que bloqueou os recursos e não os repassou para a conta corrente do FEAS/SC.	através de concurso público, conforme preconiza a NOB-RH; ✓Alocação de recursos orçamentários e financeiros no FEAS/SC para desenvolvimento de plano de capacitação estadual de forma regionalizada; ✓Transferência de recursos do FNAS com o CNPJ do FEAS/SC e uso de conta corrente deste Fundo Estadual, e tendo como conveniente, o Gestor Estadual da Política de Assistência Social.
	Garantia de estrutura para a área de assistência social nas Secretarias de Desenvolvimento Regional e na Secretaria Setorial, através da abertura de concurso público (médio prazo).	✓Realização de concurso público para contratação de técnicos na Secretaria Setorial e nas Secretarias de Desenvolvimento Regional para acompanhamento e assessoramento à implantação do SUAS no estado e nas regionais.	✓Não houve.	✓Falta de vontade política e comprometimento com a Política de Assistência Social; ✓Falta de comprometimento político e administrativo para a realização de concurso público; ✓Omissão do Estado.	✓Realização de concurso público para contratação de técnicos na Secretaria Setorial e nas SDR's para acompanhamento e assessoramento à implantação do SUAS no Estado e nas regionais; ✓Criação de plano de cargos e salários na área da assistência social, tanto no âmbito do Estado como no dos municípios, em conformidade com a NOB-RH; ✓Implantação efetiva da NOB-RH; ✓Extinção das Secretarias Estaduais de Desenvolvimento Regional (SDR's), ante à precariedade de ações, frente à falta de equipes profissionais na área da assistência social..

3	<p>Prestação de apoio técnico aos municípios, no âmbito da competência e responsabilidade do Estado, para operacionalização de 100% do SUAS nos municípios não habilitados em gestão plena (médio e longo prazo)</p>	<p>✓Priorização pelo Gestor Estadual da infraestrutura para que os técnicos possam realizar assessorias municipais e/ou regionalizadas.</p> <p>✓Assessoria e capacitação aos municípios para que alterem a sua condição de gestão, visando a obtenção da gestão plena, de tal forma que o SUAS possa ser operacionalizado na sua condição potencial.</p> <p>✓Elaboração organizada de informações, dados, estudos regionalizados, sobre a gestão da assistência social no estado.</p>	<p>✓ Não houve</p>	<p>✓Falta de comprometimento político do gestor estadual;</p> <p>✓Não priorização da política de assistência social pela esfera estadual, o que leva ao não investimento na implantação e implementação do SUAS.</p>	<p>✓Elaboração organizada de informações, dados, estudos regionalizados sobre a gestão da assistência social no Estado;</p> <p>✓Criação das condições para que os técnicos possam realizar assessoria aos municípios para a operacionalização do SUAS.</p>
4	<p>Garantia de recursos humanos especializados para dar apoio à política de assistência social (longo prazo)</p>	<p>✓Capacitação continuada e permanente, a exemplo do "Tecendo Cidadania", à medida que não existe mais nenhum programa de capacitação para a Política de Assistência Social, estadualizado.</p>	<p>✓Não houve</p>	<p>✓Falta de comprometimento político do gestor estadual, no que tange a RH e capacitação, conforme NOB-RH.</p>	<p>✓Capacitação/educação continuada e permanente para gestores, técnicos e conselheiros;</p> <p>✓Assumir a política de assistência social como política pública e como política de estado.</p>
<p>OBS: Metas de Curto Prazo - até 2008 Metas de Médio Prazo - até 2010 Metas de Longo Prazo - até 2015</p>					

1.1.4. Metas sobre Controle Social:

CONTROLE SOCIAL					
AVALIAÇÃO DAS METAS ESTADUAIS DE CONTROLE SOCIAL					
Nº	METAS 2005	DESAFIOS 2005	AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS PROPOSIÇÕES
1	Cumprimento da Lei e das regulamentações em relação às instâncias estaduais de deliberação. (curto prazo)	Respeito e apoio operacional às deliberações do Conselho Estadual de Assistência Social e demais Conselhos de Direitos vinculados à Secretaria Gestora Estadual. Estabelecimento das condições técnicas e de infraestrutura para o funcionamento dos Conselhos Setoriais e de Direitos vinculados à Secretaria Gestora Estadual.	✓Parcial: Reconhecimento da importância do CEAS/SC pelo Gestor Estadual.	✓Fragilização dos canais de participação e discussão; ✓Falta de sintonia entre as competências das instâncias estaduais de deliberação e a infra-estrutura disponibilizada para a execução de suas ações (principalmente recursos humanos e tecnológicos); ✓Não cumprimento das deliberações das instâncias de controle social pelo Estado; ✓Falta de vontade política para implantação do SUAS.	✓Fomentar a intersetorialidade entre conselhos, gestores e instâncias municipais e estadual; ✓Implantar e implementar fóruns permanentes de Assistência Social; ✓Garantir financiamento para capacitação dos atores da Política de Assistência Social.; ✓Fortalecimento da sociedade civil para efetivação do controle social.
2	Efetivação de apoio técnico, na forma de realização de eventos de capacitação, assessorias e/ou consultorias permanentes aos conselhos municipais de assistência social (curto prazo)	✓Efetivação de condições para que conselheiros estaduais possam efetuar capacitação regionalizada ou assessorias municipais aos Conselhos Municipais de Assistência Social. ✓Recursos financeiros para infraestrutura de manutenção e deslocamentos.	✓Não houve avanços.	✓Dificuldade de desenvolver ações conjuntas; ✓Falta de capacitação dos conselheiros; ✓Falta de atualização do site do CEAS/SC ✓Dificuldades financeiras.	✓Implementação do Pacto de Aprimoramento de Gestão; ✓Elaboração de plano de capacitação regionalizado visando a formação de conselheiros municipais e atores sociais envolvidos com a Política de Assistência Social.; ✓Execução de acompanhamento e assessoria, e fiscalização dos programas e serviços

	✓ Realização de eventos de capacitação para os Conselheiros Estaduais e Municipais de Assistência Social.			governamentais e não governamentais; ✓ Alocação de recursos financeiros para manutenção e estruturação do CEAS/SC; ✓ Atualização do Site do CEAS/Sc e implantação de ouvidoria estadual.
OBS: Metas de Curto Prazo - até 2008		Metas de Médio Prazo -até 2010		Metas de Longo Prazo- até 2015

2. Avaliação sobre o segundo objetivo.

2.1 Indicação das três principais dificuldades/desafios encontradas para garantir os direitos socioassistenciais estabelecidos pela Política de Assistência Social, por porte de municípios:

2.1.1. Municípios de Porte 1:

MUNICÍPIOS: PORTE 1				
	DIFICULDADES DESAFIOS	MUNICÍPIO	ESTADO	UNIÃO
1	Ausência de percentual fixo de investimento e/ou co-financiamento na Política de Assistência Social, em relação à arrecadação das três esferas de governo, prejudicando o padrão de atendimento dos serviços socioassistenciais.	Criação do Comando Único de Assistência Social com percentual de 5% do orçamento público para a política de assistência social.	Elaboração de lei estadual que determine percentual de investimento na política de assistência social (5% a 10%), para ampliação dos recursos destinados ao Fundo Estadual de Assistência Social.	Projeto de Emenda Constitucional que defina percentual de investimento na Política de Assistência Social, nas três esferas de governo (5% a 10%), para ampliação dos recursos destinados ao Fundo Nacional de Assistência Social.
		Elaboração de lei municipal que determine percentual de investimento na política de assistência social (5% a 10%)	. Ampliação das fontes de recurso para financiamento da política estadual de assistência social (loterias estaduais, apreensões de bens de origem criminosa ou de corrupção).	Ampliação das fontes de recursos para financiamento da política de assistência social (CPMF, arrecadação das loterias).

2	Baixo investimento em programas de inclusão no mercado de trabalho, qualificação profissional e formação de cooperativas (principalmente para mulheres, jovens e pessoas com deficiência)	Realização de ações intersetoriais que possibilitem o aumento de investimento em programas de inclusão produtiva, qualificação profissional e formação de cooperativas.	Maior intersetorialidade da política estadual de trabalho, emprego e renda com a política estadual de assistência social para definição de programas e projetos estaduais de inclusão produtiva.	Definição através de intersetorialidade do MDS com o Ministério do Trabalho de financiamento de qualificação profissional e formação de cooperativas, voltadas para a população da assistência social, e ampliação de recursos para co-financiamento de projetos de inclusão produtiva aos municípios.
			Co-financiamento estadual de projetos de inclusão produtiva, previsto na área de assistência social, como de responsabilidade da esfera estadual.	Implantação e financiamento de projetos para adolescentes e jovens na condição de aprendizes a partir dos 14 anos.
			Implantação e financiamento de projetos para adolescentes e jovens na condição de aprendizes a partir dos 14 anos.	
	Ausência de implantação de CRAS em grande parte dos municípios, bem como de técnicos para atuação na área social.	Sensibilização dos gestores.	Apoio técnico e financeiro para implantação de CRAS, nos municípios.	Aceleração da expansão de co-financiamento de CRAS.
		Planejamento e implantação de CRAS.	Garantia de capacitação para a equipe técnica dos CRAS.	Ampliação de recursos para a implantação de CRAS.

Indicar ações prioritárias relativas a populações específicas: indígenas, quilombolas, ribeirinhas, de fronteira, etc:

1	Assegurar financiamento para construção de habitações para assentamentos de Sem Terra.
---	--

2.1.2. Municípios de Porte 2:

MUNICÍPIOS DE PORTE 2				
	DIFICULDADES DESAFIOS	MUNICÍPIO	ESTADO	UNIÃO
1	Inexistência de capacitação para conselheiros, gestores, profissionais da área, vereadores, prefeitos e usuários.	Garantia de recursos humanos e a publicização do SUAS, na esfera Municipal.	Promover capacitação através das Secretarias Estaduais de Desenvolvimento Regional (SDR's) e Associações de Municípios.	Co-financiamento de planos estaduais e municipais de capacitação para os atores da política de assistência social.
		Elaborar material	Garantir assessoria técnica,	Efetivação de capacitação

		informativo e educativo de Assistência Social, e articular a rede de serviços (parcerias com as ONG's)	monitoramento e co-financiamento para capacitação dos atores com atuação direta e indireta na Política de Assistência Social.	sobre a gestão da rede socioassistencial e o estabelecimento de processo de referência e contra referência no atendimento em rede.
2	Co-financiamento para capacitação permanente das equipes técnicas e para implantação e implementação de CRAS e do CREAS, com programas de atendimento a famílias vulnerabilizadas.	Financiamento municipal para a constituição de CRAS e CREAS, com monitoramento e avaliação sistemáticos, estabelecendo parcerias com instituições públicas e privadas para promoção de profissionalização à população vulnerabilizada.	Financiamento estadual para a constituição de CRAS e CREAS, com monitoramento e avaliação sistemáticos.	Financiamento Federal para a constituição de CRAS e CREAS, com monitoramento e avaliação sistemáticos.
		Articular com as Secretarias Estaduais de Desenvolvimento Regional (SDR's), consórcio de municípios, para execução de serviços de alta complexidade regionalizados.	Implantação de escolas profissionais para atendimento à população vulnerabilizada dos CRAS e CREAS, com recursos do FAT.	Definição de percentual de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para projetos de profissionalização de populações vulnerabilizadas, atendidas pela assistência social.
3	Inexistência de percentual vinculado para o financiamento da política pública de assistência social, precarizando a área de recursos humanos, e critério excludente do Parágrafo 3º do Artigo 20 da LOAS.	Elaboração de lei municipal que determine percentual de investimento na política de assistência social de no mínimo 5% (cinco por cento) do Orçamento Municipal.	Elaboração de lei estadual que determine percentual de investimento na política de assistência social de no mínimo 5% (cinco por cento), para efetivação do repasse do co-financiamento da esfera estadual, com transferência de recursos de fundo-a-fundo.	Aprovação do Projeto de Emenda Constitucional que define percentual de investimento na Política de Assistência Social de no mínimo 5% do Orçamento, nas três esferas de governo.
		Realização de concurso público para contratação de profissionais com correspondente elaboração de Plano de Cargos e Salários.	Realização de concurso público para contratação de profissionais com correspondente elaboração de Plano de Cargos e Salários.	Alteração do Parágrafo 3º, do Artigo 20 da LOAS para no mínimo, meio salário mínimo percapita.
Indicar ações prioritárias relativas a populações específicas: indígenas, quilombolas, ribeirinhas, de fronteira, etc.				
1	Garantir o acesso dessas populações à política de assistência social com igualdade de direitos, e à rede socioassistencial.			
2	Efetivar implantação de CRAS E CREAS nas comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, de fronteira.			

2.1.3. Municípios de Médio Porte:

MUNICÍPIOS: MÉDIO PORTE				
	DIFICULDADES DESAFIOS	MUNICÍPIO	ESTADO	UNIÃO
1	Insuficiência de co-financiamento nas três esferas de governo, resultando em escassez de recursos humanos e financeiros, e precariedade de oferta de serviços municipais e regionais de alta complexidade, bem como de fiscalização para o cumprimento da legislação, e de capacitação permanente dos profissionais, envolvidos com a política de assistência social.	Cumprimento e fiscalização da NOB/SUAS e da NOB/RH	Elaboração de lei estadual que determine percentual de investimento na política de assistência social (5%)	Aprovação de proposta de projeto de emenda constitucional que defina percentual de 5% de investimento na política de assistência social, nas três esferas de governo.
		Elaboração de lei municipal que determine percentual de investimento na política de assistência social (5%).	Cumprimento e fiscalização da NOB/SUAS e co-financiamento de serviços de alta complexidade, principalmente, no segmento de pessoas com deficiência, moradores de rua, idoso e vítimas de violência..	Garantir o co-financiamento e serviços de alta complexidade.
2	Ausência de co-financiamento regular da esfera estadual, em relação aos benefícios eventuais e demais ações definidas como de sua responsabilidade pela PNAS/2004, NOB/SUAS/2005 e NOB/RH, que produz ausência e/ou fragilidade de programas voltados para a convivência comunitária, apoio sócio familiar e sócio educativo, e de socialização.	Empreendimento de ações municipais para que o estado cumpra com a obrigatoriedade legal de co-financiamento regular dos Benefícios Eventuais e demais ações de sua responsabilidade.	Estabelecimento de co-financiamento para programas de convivência comunitária e apoio sócio familiar e educativo.	Empreendimento de ações do MDS para que os estados cumpram com suas responsabilidades em relação à política de assistência social.
		Ampliação de ações voltadas para a convivência comunitária, apoio sócio familiar e sócio educativo e de socialização, com o devido co-financiamento estadual.	Co-financiamento de programas e projetos socioassistenciais de sua responsabilidade e dos benefícios eventuais, conforme previsto na LOAS.	Estabelecimento e ampliação de co-financiamento para programas de convivência comunitária, apoio sócio familiar, educativo, e outros programas e projetos de sua responsabilidade.
3	Falta de investimento em programas de inclusão produtiva e ocupacional, de qualificação profissional e formação de cooperativas (principalmente para os usuários e beneficiários da política de assistência social).	Realização de ações intersetoriais que possibilitem o aumento de investimento em programas de inclusão produtiva na perspectiva da economia solidária, qualificação profissional e formação de cooperativas.	Maior intersetorialidade da política estadual de trabalho, emprego e renda com a política estadual de assistência social para definição de programas e projetos estaduais de inclusão produtiva, e co-financiamento estadual de projetos de inclusão produtiva, conforme responsabilidade definida na NOB/SUAS.	Definição através de intersetorialidade do MDS com o Ministério do Trabalho de financiamento para ações de qualificação profissional e formação de cooperativas, voltadas para os usuários da assistência social, e ampliação de recursos para co-financiamento de

			Implantação e financiamento de projetos para adolescentes e jovens na condição de aprendizes, a partir dos 14 anos.	projetos de inclusão produtiva aos municípios.
			Capacitação das gestões municipais sobre serviços preventivos e sobre estratégias para a sua operacionalização, rompendo com a lógica majoritária de programas reparadores e/ou compensatórios.	Criação de condicionalidade para os membros adultos da família beneficiária do BPC e Bolsa Família, para que devam participar de cursos de qualificação profissional e/ou geração de renda.
				Capacitação das gestões estaduais/municipais sobre serviços preventivos e sobre estratégias para a sua operacionalização, rompendo com a lógica majoritária de programas reparadores e/ou compensatórios.
Indicar ações prioritárias relativas a populações específicas: indígenas, quilombolas, ribeirinhas, de fronteira, etc:				
1	Inclusão destes segmentos nas políticas de assistência social.			
2	Implementação de ações de mobilização e conhecimento, acerca da valorização e respeito à cultura destes segmentos.			

2.1.4. Municípios de Grande Porte:

MUNICÍPIOS: GRANDE PORTE				
	DIFICULDADES DESAFIOS	MUNICÍPIO	ESTADO	UNIÃO
1	Co-financiamento insuficiente das esferas municipal e federal para implementação de todos os serviços de Proteção Social Básica e Especial e ausência de co-financiamento estadual para implantação do SUAS, na sua integralidade.	Maior investimento na política de assistência social, nos municípios, com o cumprimento do co-financiamento conforme previsto na Política Nacional de Assistência Social - PNAS, priorizando regulamentação dos benefícios eventuais, conforme preconiza a LOAS.	Maior investimento na política de assistência social, com o cumprimento do co-financiamento aos municípios, conforme previsto na Política Nacional de Assistência Social - PNAS, priorizando regulamentação dos benefícios eventuais, conforme preconiza a LOAS.	Estabelecimento de 5% até 2009; 7% até 2011 e 10% até 2015 dos recursos do Orçamento Geral da União, com transferência de fundo-a-fundo.
		Estabelecimento de 5% até 2009;	Estabelecimento de 5% até	Ampliação de metas e

		7% até 2011 e 10% até 2015 dos recursos do Orçamento Geral do Município.	2009; 7% até 2011 e 10% até 2015 dos recursos do Orçamento Geral do Estado, com transferência de fundo-a-fundo.	reajuste dos pisos por nível de complexidade dos serviços de assistência social, de acordo com o que estabelece a NOB/SUAS.
2	Insuficiência de quadro de profissionais efetivos para o desenvolvimento da Gestão e dos Serviços de Proteção Social Básica e Especial, bem como de capacitação permanente de conselheiros, gestores e profissionais que atuam na política de assistência social.	Realização de concurso público para ampliação de quadro de profissionais na área da assistência social: psicólogos, orientadores jurídicos, pedagogos, assistentes sociais e instituição de Plano de Cargos e Salários, respeitando as exigências da NOB/RH.	Co-financiamento aos municípios para contratação de recursos humanos. Ampliação das equipes administrativa e técnica (incluindo intérprete de libras) da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação e Secretarias Estaduais de Desenvolvimento Regional (SDR's), visando a realização de acompanhamento, avaliação, monitoramento e capacitação aos municípios, a interface do Conselho Estadual de Assistência Social com os Conselhos Municipais e demais Conselhos de Direitos, e a implantação e implementação do SUAs, no estado.	Co-financiamento aos municípios para contratação de recursos humanos.
		Realização de consórcios de municípios com universidades regionais, para execução de Plano de Capacitação Regionalizada.	Prestação de assessoria e realização de eventos para capacitação de conselheiros, gestores e profissionais que atuam na política de assistência social.	Co-financiamento de Planos Estaduais e Municipais de Capacitação de Conselheiros, Gestores e Profissionais que atuam na política de assistência social, e implantação de escolas de formação em políticas de assistência social.
3	Critério excludente para acesso ao Benefício de Prestação Continuada e a Programas Municipais de Renda Mínima.	Garantia do recebimento do BPC pelas pessoas com deficiência, mesmo havendo outro beneficiário na família.	Fiscalização e garantia da implantação e implementação das ações sugeridas ao município.	Garantia do recebimento do BPC pelas pessoas com deficiência, mesmo havendo outro beneficiário na família.
		Alteração do critério para acesso a Programas Municipais de Renda Mínima para 1/2 salário mínimo.	Alteração dos critérios para acesso das famílias ao BPC para 1/2 salário mínimo, e para efeito de concessão à pessoa com deficiência e incapacitada para o trabalho.	Alteração dos critérios para acesso das famílias ao BPC para 1/2 salário mínimo, e para efeito de concessão à pessoa com deficiência e incapacitada para o trabalho.
Indicar ações prioritárias relativas a populações específicas: indígenas, quilombolas, ribeirinhas, de				

fronteira, etc:	
1	Implantação de CRAS/Indígena, em parceria ou convênio com a FUNAI.
2	Garantia de acesso dos nômades (população itinerante) aos CRAS E CREAS e aos serviços da política de assistência social.

3. Resultado Processo Eleitoral para a Conferência Nacional:

Ver arquivo anexo com 04 (quatro) planilhas no excel, respectivamente: delegados municípios de Porte 1, delegados de municípios de Porte 2 e Médio Porte, delegados do CEAS/SC e delegados municípios de Grande Porte.

4. Moções Aprovadas:

VI CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA CATARINA

MOÇÕES APROVADAS EM PLENÁRIA

Os delegados da VI Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina, realizada nos dias 29, 30 e 31 de outubro de 2007, no Hotel Sibara, na cidade de Balneário Camboriú, vêm por meio desta, requer que o tempo programado para a realização da Conferência Estadual seja ampliado de 04 períodos para 06 períodos (03 dias), permitindo uma melhor organização das atividades.

De: Plenária da VI Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina

PARA: Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/SC.

Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação – SST.

Os delegados da VI Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina, realizada nos dias 29, 30 e 31 de outubro de 2007, no Hotel Sibara, na cidade de Balneário Camboriú, vêm por meio desta, reivindicar que seja cumprida a legislação que destina recursos estaduais para a esfera municipal, quanto ao pagamento dos Benefícios Eventuais, garantindo o direito previsto em lei que não vem sendo cumprido pelo Estado de Santa Catarina.

De: Plenária da VI Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina

PARA: Governador do Estado e Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação.

Os delegados da VI Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina, realizada nos dias 29, 30 e 31 de outubro de 2007, no Hotel Sibara, na cidade de Balneário Camboriú, vêm por meio desta, reivindicar providências da esfera governamental estadual quanto ao estudo, implantação e implementação de CRAS específicos para comunidades tradicionais do estado, a saber: CRAS Indígenas e CRAS Quilombolas, para que estas comunidades possam ser inseridas na rede socioassistencial, com o diferencial étnico desejado, a exemplo de outros estados brasileiros.

De: Plenária da VI Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina

PARA: Governador do Estado e Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação.

Os delegados da VI Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina, realizada nos dias 29, 30 e 31 de outubro de 2007, no Hotel Sibara, na cidade de Balneário Camboriú, vêm por meio desta, reivindicar que as deliberações da VI Conferência de Assistência Social cheguem ao conhecimento do Governador/Executivo Estadual, e que estas deliberações gerem um pacto de compromisso do Governo do Estado, para com a população.

De: Plenária da VI Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina

PARA: Comissão Organizadora da Conferência

Os delegados da VI Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina, realizada nos dias 29, 30 e 31 de outubro de 2007, no Hotel Sibara, na cidade de Balneário Camboriú, vêm por meio desta, repudiar o descaso por parte da Comissão Organizadora da Conferência Estadual em relação ao cumprimento do Regimento Interno e cronograma proposto; resultando em esgotamento dos participantes e dificuldade na análise e avaliação dos instrumentais dos trabalhos de grupo.

De: Plenária da VI Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina

PARA: Comissão Organizadora da Conferência

Os delegados da VI Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina, realizada nos dias 29, 30 e 31 de outubro de 2007, no Hotel Sibara, na cidade de Balneário Camboriú, vêm por meio desta, apelar para a criação de Lei Federal, para dedução do Imposto de Renda – 6% das pessoas físicas e 1% das pessoas jurídicas (à semelhança do Fundo da Infância e Adolescência - FIA) – para destinação ao Fundo Municipal de Assistência Social, visando subsidiar as ações da Assistência Social.

De: Plenária da VI Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina

PARA: Parlamentares do Congresso Nacional.

Os delegados da VI Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina, realizada nos dias 29, 30 e 31 de outubro de 2007, no Hotel Sibara, na cidade de Balneário Camboriú, vêm por meio desta, reivindicar que a Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação se organize, em tempo, no repasse de informações e/ou orientações aos municípios, acerca dos eventos, repasse de recursos e convênios.

De: Plenária da VI Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina

PARA: Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação.

Os delegados da VI Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina, realizada nos dias 29, 30 e 31 de outubro de 2007, no Hotel Sibara, na cidade de Balneário Camboriú, vêm por meio desta, apoiar a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Congresso Nacional, instituída para investigação da aplicação dos recursos públicos destinados às ONG's, bem como reivindicar que definam regulamentação para destinação de recursos públicos às entidades que realmente desempenhem funções de interesse público.

De: Plenária da VI Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina

PARA: Congresso Nacional (CPI – ONG's)

Os delegados da VI Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina, realizada nos dias 29, 30 e 31 de outubro de 2007, no Hotel Sibara, na cidade de Balneário Camboriú, vêm por meio desta, repudiar a inexistência de Defensoria Pública no Estado de Santa Catarina, uma vez que esse órgão público é indispensável para a concretização dos direitos dos cidadãos catarinenses. Trata-se, portanto, de um órgão referência, lugar onde o cidadão pode requerer auxílio judicial de forma direta, cabendo lembrar que o Estado de Santa Catarina está na contramão da realidade brasileira, sendo o único estado brasileiro sem Defensoria Pública.

De: Plenária da VI Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina.

PARA: Governador do Estado.

Os delegados da VI Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina, realizada nos dias 29, 30 e 31 de outubro de 2007, no Hotel Sibara, na cidade de Balneário Camboriú, vêm por meio desta, repudiar a indiferença do Estado de Santa Catarina em relação à principal deliberação da V Conferência Nacional de Assistência Social, que deliberou pela garantia e efetivação do co-financiamento do Estado para os municípios, na Assistência Social. Da mesma forma, reivindicam o imediato cumprimento deste compromisso, salientando que o mesmo não ocorre desde o início do primeiro mandato de Vossa Excelência, em janeiro de 2003.

De: Plenária da VI Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina.

PARA: Governador do Estado.

Os delegados da VI Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina, realizada nos dias 29, 30 e 31 de outubro de 2007, no Hotel Sibara, na cidade de Balneário Camboriú, vêm por meio desta, repudiar o vídeo apresentado para divulgação do CNAS que é excludente e discriminatório, uma vez que sugere ser o semi-árido nordestino, única área de ascendência para ações e programas de assistência social; insinuando que as outras regiões do país, se encontram em plena atenção às demandas sociais, portanto não necessitando de recursos públicos. É importante ressaltar que somente na Grande Florianópolis já temos 64 favelas, apesar de ser considerada uma região de bom nível de desenvolvimento social.

De: Plenária da VI Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina.

PARA: Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

Os delegados da VI Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina, realizada nos dias 29, 30 e 31 de outubro de 2007, no Hotel Sibara, na cidade de Balneário Camboriú, vêm por meio desta, repudiar a manutenção do Fundo Social no Estado de Santa Catarina, em detrimento à ausência de recursos no Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS/SC).

De: Plenária da VI Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina.

PARA: Governador do Estado e Secretário da Fazenda.

Os delegados da VI Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina, realizada nos dias 29, 30 e 31 de outubro de 2007, no Hotel Sibara, na cidade de Balneário Camboriú, vêm por meio desta, repudiar a ausência de co-financiamento estadual para implantação do SUAS, na sua integralidade.

De: Plenária da VI Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina.

PARA: Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação, Governador do Estado, MDS, Ministério Público e Assembléia Legislativa do Estado.

Os delegados da VI Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina, realizada nos dias 29, 30 e 31 de outubro de 2007, no Hotel Sibara, na cidade de Balneário Camboriú, vêm por meio desta, reivindicar alteração do Artigo 20 da LOAS, que trata dos critérios para concessão do BPC de ¼ de salário mínimo, para ½ salário mínimo, bem como o pagamento de 13º salário, inserção de pessoas com doenças crônica degenerativas, e expansão do BPC para mais um membro da família em caso de pessoa com deficiência.

De: Plenária da VI Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina.

PARA: Câmara de Deputados Federal.

Os delegados da VI Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina, realizada nos dias 29, 30 e 31 de outubro de 2007, no Hotel Sibara, na cidade de Balneário Camboriú, vêm por meio desta, repudiar a ausência de um Sistema de Informações Sociais Estadual, em rede, que possibilite elaboração de diagnósticos e formulação de indicadores sociais e seja capaz de proporcionar articulação entre os serviços socioassistenciais nela prestados, detectar carências e abusos desses serviços, bem como possibilitar a sistematização de dados dos municípios.

De: Plenária da VI Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina.

PARA: Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação.

Os delegados da VI Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina, realizada nos dias 29, 30 e 31 de outubro de 2007, no Hotel Sibara, na cidade de Balneário Camboriú, vêm por meio desta, repudiar a ausência dos serviços de alta complexidade, tendo em vista a falta de co-financiamento do Estado.

De: Plenária da VI Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina.

PARA: Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação;

Ministério Público;

Assembléia Legislativa Estadual;

Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Os delegados da VI Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina, realizada nos dias 29, 30 e 31 de outubro de 2007, no Hotel Sibara, na cidade de Balneário Camboriú, vêm por meio desta, reivindicar que os Gerentes de Assistência Social, das Secretarias de Desenvolvimento Regional, sejam pessoas com qualificação na área de Assistência Social.

De: Plenária da VI Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina.

PARA: Governo do Estado.

Os delegados da VI Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina, realizada nos dias 29, 30 e 31 de outubro de 2007, no Hotel Sibara, na cidade de Balneário Camboriú, vêm por meio desta, reivindicar a implantação do Comando Único da Política de Assistência Social em todos os municípios.

De: Plenária da VI Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina

PARA: Governos Municipais.

Os delegados da VI Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina, realizada nos dias 29, 30 e 31 de outubro de 2007, no Hotel Sibara, na cidade de Balneário Camboriú, vêm por meio desta, reivindicar que o Estado assuma as responsabilidades relacionadas aos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), qual seja:

1. Monitoramento contínuo;
2. Assessoria técnica permanente;
3. Capacitação permanente; e desta forma, potencializando o “Programa de Combate ao Abuso e Exploração Sexual Infanto-Juvenil” para que atinja o status de “Serviço”, conforme prevê o “SUAS”, qualificando o atendimento a crianças, adolescentes e suas famílias, afetadas por situações de violência física, sexual, psicológica e negligência.

De: Plenária da VI Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina

PARA: Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação.

Florianópolis, 08 de outubro de 2004

Comissão de Relatoria

VI Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina